

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNÍ-VOS.

A Classe Operária



ÓRGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

ANO 65 — VI FASE — Nº 37 — DE 02 A 15 DE MARÇO DE 1990

NCz\$ 18,00

Em meio à tempestade anticomunista que acode a época, a Albânia mostra que o socialismo não é um sistema social morto, ossificado, muito menos alheio a transformações. Sem abrir mão dos princípios que guiam e conformam o novo regime, o país empreende mudanças corajosas e avançadas.



O primeiro secretário do PTA, Ramiz Alia, afirma que o desenvolvimento do socialismo pressupõe o combate sem tréguas ao burocratismo, que só será eficaz através da mais ampla democratização: o povo deve ser a um só tempo dirigente e agente da transformação. Veja no suplemento da Classe

ALBÂNIA



OFENSIVA IANQUE

Com a bênção de Gorbachev, Bush acabou impondo uma grave derrota aos sandinistas da Nicarágua. Agora ele está de olho em Cuba. Páginas 3 e 14.

INO

A Classe Operária

Diretor e Jornalista Responsável:
João Amazonas

Editor: José Reinaldo Carvalho

Redação: Antonio Martins, Irasson Cordeiro Lopes e Umberto Martins.

Diagramação e Arte: José Luís Munuera Reyes

Fotografia: Agência Foton

Centro de Documentação: Rosane Montiel e Joana D'Arc Sousa Lima (interina)

Administração e Assinaturas:
Cláudia de Medeiros e Dalva Silva

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53 — Bela Vista — CEP 01318 — São Paulo/SP.

Telefone: (011) 36-7531

Telex: 11-32133

Fax: (011) 36-4104

Nas capitais: ACRE — Rua Rio Grande do Sul, 65, CEP 69900, fone: (068) 224-7329, Rio Branco; ALAGOAS — Ladeira do Brito, 72 — fones: (082) 221-4634 e 221-4728, Maceió; AMAPÁ — Av. Mendonça Furtado, 762, CEP 68900, fone: (096) 231-3370, Macapá; AMAZONAS — Rua Itamaracá, 124, CEP 69007, fone: (092) 233-7717, Manaus; BAHIA — Av. Cons. Junqueira Ayres, 41, Barris, CEP 40115, fone: (071) 241-6522, Salvador; CEARÁ — Rua São Paulo, 1.037, CEP 60000, fone: (085) 221-4090, Fortaleza; DISTRITO FEDERAL — HIGS — 704, Bloco G, Casa 67, CEP 70302, fone: (061) 225-8202, Brasília; ESPÍRITO SANTO — Rua Prof. Baltazar, 152, CEP 29020, fone: (027) 222-8162, Vitória; GOIÁS — R. Parnaíba, 355, CEP 74000, fone: (062) 223-5571, Goiânia; MARANHÃO — Rua Osvaldo Cruz, 921, CEP 65000, São Luiz; MATO GROSSO — Rua Comandante Costa, 548, fundos, CEP 78030, fone: (065) 321-5095, Cuiabá; MATO GROSSO DO SUL — Rua Rui Barbosa, 2.500, CEP 79010, Campo Grande; MINAS GERAIS — Rua Padre Belchior, 285, CEP 30190, fone: (031) 222-3161, Belo Horizonte; PARA — Rua Manoel Barata, 993, CEP 66800, fone: (091) 223-8911, Belém; PARAÍBA — R. Almeida Barreto, 273, tel. (083) 222-4413, CEP 58020, João Pessoa; PARANÁ — R. Mal. Deodoro, 1.161, Centro, fone: (041) 222-9120, Curitiba; PERNAMBUCO — Rua do Sossego, 53, CEP 50750, fone: (081) 222-3418, Recife; PIAUÍ — Rua Desemb. Freitas, 1.216, CEP 64020, fone: (086) 222-2044, Teresina; RIO DE JANEIRO — Rua 13 de Maio, 33, 16º andar, sala 1.608, CEP 20031, fone: (021) 252-9935, Rio de Janeiro; RIO GRANDE DO LESTE — Rua Prof. Zuzi, 99, CEP 59020, fone: (084) 222-6323, Natal; RIO GRANDE DO SUL — Rua Santo Antonio, 254, CEP 90220, fone: (0512) 28-5152, Porto Alegre; RONDÔNIA — Rua José Bonifácio, 787 fundos, CEP 78900, Porto Velho; RORAIMA — Rua Major Wilians, 434, CEP 69300, Boa Vista; SANTA CATARINA — Rua Julio Moura, 34, CEP 88010, fone: (0482) 22-1927, Florianópolis; SERGIPE — Rua do Lagarto, 807, CEP 49015, Aracaju.

A CLASSE OPERÁRIA é uma publicação da Empresa Jornalística A Classe Operária. Composição, past-up, fotolito e impressão: Cia. Editora Joruês. Fone: 815-4999 — São Paulo.



Elogios ao jornal, por um leitor na Dinamarca

Quero felicitar o jornal *A Classe Operária*. Há um ano o leio e estudo. Através desse esplêndido jornal foi possível que me informasse não somente sobre as lutas do povo brasileiro em geral, e do PCdoB em particular, mas também sobre toda a construção e desenvolvimento da Frente Brasil Popular, experiência sumamente interessante e importante também para o povo dinamarquês. Nenhum jornal ou revista da imprensa burguesa da Dinamarca mencionou com uma palavra sequer a existência da FBP. Mas através do material e das análises publicadas na *Classe* foi possível traduzir artigos e escrever comentários ricos em informações para o jornal "Arbejderen", órgão do PC da Dinamarca (M-L), único jornal dinamarquês que divulgou amplamente as lutas e experiências do povo brasileiro e de suas forças e organizações mais avançadas. Um abraço revolucionário. (Sven Tarp, Copenhagen, Dinamarca).

Problemas com a Classe, segundo nosso colaborador

À valorosa equipe de redação da *Classe*,

Acabo de ler a edição nº 35, e veio-me a tentação de enviar a vocês algumas observações por escrito. Aqui em S. Bernardo vamos aos poucos melhorando a quantidade e qualidade da distribuição do jornal, vendendo-os aos operários de grandes empresas, ativistas e diretores sindicais metalúrgicos. Em geral a aceitação é boa, há interesse; mas o processo de venda exige também nossas dificuldades. Quero abordar duas delas — uma do conteúdo, outra de estilo.

1. A pauta do jornal vem padecendo de um certo elitismo, que implica, queiramos ou não, em empalecimento do caráter de classe da *Classe*. Tomemos por exemplo o nº 35. É correto dar duas páginas ao último romance do excelente João Ubaldo. Mas fica difícil, num jornal operário, espremermos todo o acompanhamento do movimento sindical contra a exploração capitalista dentro de uma modesta nota de

um sexto de página, e ainda por cima "cozinha", sobre a greve dos petroleiros. Fruto desse problema, nosso acompanhamento do movimento operário e sindical "entorta" no sentido de privilegiar as eleições sindicais. E relega para segundo plano o enfrentamento cotidiano entre patrões e operários.

Antes que me interpretem mal, devo uma explicação. O que peço não é um maior número de notinhas cozinhas, noticiando essa ou aquela greve. São reportagens e artigos de fôlego, que revelem as características e tendências do movimento operário em curso, extraindo lições para nossa atuação revolucionária.

2. Confesso que esta é uma questão menor, mas aproveito a ocasião para abordá-la, pois faz tempo que ela está na minha garganta.

Trata-se do estilo demasiadamente rebuscado, floreado, chegando às vezes às raiais do pedantismo, que acomete às vezes nosso editorial e alguns textos de opinião. Minha filha Mariana até hoje não perdoa uma "nababesca vilegiatura" cometida no editorial da edição nº 34. Agora, na página 9 do nº 35, deparei-me com uma citação em latim logo na abertura de um importante comentário. Pelo menos na nossa base em São Bernardo esse estilo repercute mal, não só porque ninguém entende as tiradas do articulista mas, principalmente, pela sua gratuidade.

Longe de mim defender qualquer abastardamento do nível da nossa *Classe*. Nada de superficialidade, nada de simplificações em prejuízo do rigor da análise. Mas defendo que se faça uma triagem nas nossas tiradas estilísticas, banindo todo recurso ao floreado, ao nariz de cera, ao hermetismo. Isso de vilegiaturas e citações no original são coisas que até o jornalismo burguês já aposentou como fora de moda.

É isso. Acreditem que minhas críticas não obscurecem a consciência de que nossa *Classe* está boa e é uma ferramenta indispensável à nossa militância. Um forte abraço a todos. (Bernardo Joffily, colaborador da *Classe* e presidente do PCdoB em S. Bernardo do Campo, SP).

Por uma seleção que mescle o futebol arte com a força

Recentemente Cruiff, maior expressão da famosa "Laranja Mecânica" como ficou conhecida a seleção da Holanda na Copa de 74, declarou que o futebol brasileiro não tem mais alegria. Verdade ou mentira o futebol não é mais o mesmo.

Parto do princípio de que sempre existiram duas escolas táticas no futebol mundial, uma da força que sempre caracterizou o futebol europeu, e outra da arte, que sempre foi a marca do futebol latino americano, em particular o brasileiro. E

constato também que se tirarmos como base as últimas copas, veremos que o futebol força tem prevalecido — e como consequência o espelho tático dos treinadores e cartolas.

Foi assim em 74. Naquele momento a seleção holandesa encantava o mundo, a chamada revolução tática, destroçando os adversários. Mas na final do mundial prevaleceu a força, com a Alemanha — a principal expressão da força no futebol — campeã. O episódio mais triste para nós brasileiros foi em 82 na Espanha. Naquele momento Sócrates, Zico, Falcão e Cia. faziam brilhar os olhos do mundo. Mais uma vez prevaleceu a força, desta vez com a Itália abatendo a arte.

Sebastião Lazaroni, treinador da seleção brasileira, vai à Itália credenciado pelo futebol na sua trajetória de vitórias, vide Vasco da Gama. Ele vive um grande dilema, mesclar o futebol arte com a força.

Contudo, vamos ser sinceros, sem muitos recursos para encaixar a arte. Ou não vejamos: meio campo (Valdo, Dunga e Alemão), prevalece a força. Se levarmos em consideração que o meio campo é o cérebro de um time, temos um cérebro cheio de músculos. No ataque, Careca, Romário e Bebeto — há quem defenda que joguem os três. Ora, com um meio campo desses precisamos de um ataque que ajude o meio. Nesse caso Careca e Romário teriam lugar garantido. E porque não colocar um ponta? E por falar em ponta, porque não Renato Gaúcho? Cortado por Telê em 86, vive uma grande fase no Flamengo, um ponta nato, que inclusive auxilia o meio campo.

E há quem diga que Lazaroni tem um carioquismo exacerbado! Ora, Renato é jogador do Flamengo.

Ainda há quem defenda a convocação de Neto do Corinthians. Apesar de sua silhueta pronunciada na altura da barriga, é um grande jogador. Mas temos que deixar o saudosismo de lado, afinal faz quase trinta anos que o escrete de 70 parou de jogar.

Lazaroni, olha as pontas!

(Alexandre Machado, S. Paulo, SP)

A morte prematura de Sérgio Ramos, outra vítima de nossos bancos de sangue

Faleceu no último dia 17 de fevereiro, sábado, o camarada Sérgio Luiz Ramos, arquiteto, residente na cidade de Campinas. Serginho, como era conhecido teve destacado papel na construção do PCdoB na PUC de Campinas, desde os idos de 1980. Após a sua formatura, o camarada atuou junto aos setores populares, prestando assessoria no campo da urbanização de bairros e favelas. Foi também professor de cursos livres e em escolas de nível superior.

Serginho, hemofílico, morreu vítima de crime de Estado, pois recebeu veneno em suas veias, quando necessitou de gamaglobulina (componente que os hemofílicos recebem periodicamente). Lamentavelmente, Serginho morreu como morreram outros hemofílicos, vítima de Aids. O Estado brasileiro deve ser responsabilizado por mais este crime contra a vida humana, por não controlar o sangue de doadores e permitir a sua comercialização.

Os camaradas e companheiros que conviveram com Serginho guardam e guardarão sempre dele a lembrança de vitalidade, juventude, amor pela vida e dedicação à causa dos trabalhadores. Sérgio não será esquecido.

(O diretório municipal do PCdoB em Campinas, SP).

Assine já o seu jornal "A CLASSE OPERÁRIA"
UM JORNAL PELO SOCIALISMO

Nome.....
Endereço.....
CEP.....Cidade.....Estado.....
Profissão.....

"A CLASSE OPERÁRIA" GUSTA MUITO POUCO:

Assinatura trimestral: NCz\$ 108,00

Assinatura semestral: NCz\$ 216,00

Preencha hoje mesmo este talão e envie cheque nominal à

Editora Anita Garibaldi Ltda.

Rua Adoniran Barbosa, 53 - Bela Vista - CEP 01318 São Paulo/SP

A Gillobo apresenta, em tecicollor (esta vez sem qualquer romantismo bobo), mais uma história de gangsteres:

Bonnie e Clyde II

com Zélia Mello e TONY MAGRI



EDITORIAL

As lições da Nicarágua

Com inusitada arrogância e cínicos cânticos de louvor à "democracia", o imperialismo norte-americano e seus aliados comemoraram nos últimos dias o resultado das eleições realizadas em 25 de janeiro na Nicarágua e que deram a vitória, por pequena margem, a Violeta Chamorro, candidata por uma coligação conservadora de que também participou o obscuro partido revisionista.

A derrota do regime sandinista nas urnas é mais um golpe desferido sobre as forças populares e revolucionárias no continente latino-americano. Ilustra a complexidade da conjuntura que o mundo atravessa neste final de século e acrescenta dificuldades ao processo da luta de libertação nacional e social dos povos que, por sinal, nunca foi nem será pouco intrincado.

Mas o episódio não autoriza análises superficiais, afirmações capciosas ou interpretações desnorteadas e desesperadas, de que estão recheados os comentários dos analistas burgueses e as conclusões precipitadas de uma pequena burguesia claudicante e pusilânime. Este resultado tem causas bem definidas e sua correta compreensão servirá para a retirada de ensinamentos que necessariamente implicarão uma tomada de consciência de nível mais elevado por parte das forças revolucionárias.

A derrota dos sandinistas decorre em primeiro lugar da brutal ofensiva do imperialismo norte-americano sobre a revolução nicaraguense. Na verdade, os EUA nunca aceitaram a idéia de existir, na área que consideram seu quintal, um povo livre e soberano. Depois da derrocada do governo títere de Anastácio Somoza, várias tentativas foram feitas para desestabilizar o novo regime, desde o bloqueio econômico até o financiamento dos bandos contra-revolucionários, municiados por Washington com armas modernas. A própria agressão recente ao Panamá constituiu um ingrediente a mais a ameaçar a revolução nicaraguense.

O imperialismo norte-americano usou contra a Nicarágua uma tática de longo fôlego com o evidente objetivo de, prolongando o estado de conflagração interna, cerco diplomático e bloqueio econômico, levar o país a uma situação de estrangulamento e, através da penúria e da instabilidade social, semear a insegurança e a insatisfação entre a população.

Na análise dos atuais acontecimentos no país centro-americano não pode deixar de estar presente uma consideração sobre o papel contra-revolucionário desempenhado pela União Soviética. A cumplicidade dos socialimperialistas de Moscou com os Estados Unidos, selada no último encontro entre Gorbachev e Bush em Malta, onde fizeram acordos sobre a preservação das respectivas esferas de influência, põe a nu a perfídia que sempre foi a característica do comportamento dos revisionistas com aqueles que os julgavam aliados. A pressão para a realização de eleições com total liberdade para as forças anti-revolucionárias partiu de ambas as superpotências. Em comunicado público o secretário de Estado norte-americano, Baker, e o ministro soviético das Relações Exteriores, Eduard Shevardnadze, chegaram a expressar seu apoio a tal processo eleitoral. E agora, consumado o resultado, Moscou anunciou que "apóia o resultado das eleições e julga que a transferência do poder deve ser feita". O próprio Mikhail Gorbachev escreveu meses atrás ao presidente norte-americano, George Bush, que tinha suspenso as remessas de armas e petróleo à Nicarágua. A isso levou a coexistência pacífica kruscheviana!

Deve-se considerar ainda que o comandante Ortega e seus companheiros, além de terem sido vitimados pela pressão norte-americana e pela felonía soviética, caíram ingenuamente numa armadilha. Comprometeram a soberania do país, aceitando a presença de interventores, mascarados de "observadores" internacionais. Abriam, assim, as portas do país a todo tipo de gangster a serviço dos monopólios que para lá se dirigiram não com o fito de "garantir a lisura do pleito", mas para financiar a campanha da UNO e promover desabrida corrupção eleitoral. Subestimaram o inimigo.

Os povos aprendem com sua dura experiência. A da Nicarágua deixa o ensinamento de que a liberdade, tão necessária para garantir as conquistas da revolução e avançar para um regime progressista, não pode ser confundida com liberalidade diante dos inimigos jurados da humanidade. Fica também a certeza de que será necessário cerrar fileiras com firmeza e determinação para enfrentar a vaga da ofensiva imperialista sobre os povos latino-americanos.

Unir a esquerda, ainda o desafio

Haroldo Lima*

A esquerda tem possibilidade de eleger o próximo governo da Bahia e fazer também boa bancada para o governo e a assembléia legislativa. Depende da sua união. Fracionada, pode, sem querer, ser um forte cabo eleitoral da direita.

Na Bahia, as forças conservadoras não vivem uma boa situação no momento. A ala ligada a Antonio Carlos Magalhães é mais estruturada e tradicional. Vem, porém, de uma grande derrota eleitoral em 1986, e não conseguiu se reerguer suficientemente na recente campanha de Collor. Tem certa potencialidade, mas está desgastada. A outra ala, liderada por Nilo Coelho, tem a força que decorre da presença ocasional do seu chefe no governo do estado e pode aglutinar algumas bases interioranas do senador Ruy Bacelar. O centro, hoje representado pelo mais provável candidato do PSDB, Joaci Goes, padece de certo isolamento, não angariam expressivos apoios nem à direita nem à esquerda. Outras vertentes políticas não apresentam caixes maiores. Poderão apoiar uma das três correntes citadas ou até sair com candidato próprio, para desempenho secundário.

É nesse quadro que a união da esquerda assume grande significado e apavora a direita. O referencial político objetivo é o palanque em que se unificou na campanha de Lula para o segundo turno. Com as arrumações partidárias ha-

vidas, ou em curso na Bahia, um arco de forças que tenha como núcleo PT, PCdoB e PSB do qual participem PDT e PCB, poderá refazer a unidade de esquerda que Lula contou no segundo turno, com o próprio Lula, Amazonas, Jamil, Brizola, Arraes e Waldir Pires. É expressiva a força de uma frente desse tipo, notadamente com a direita desunida.

Semelhante possibilidade estabelece responsabilidade política grande para a esquerda baiana. As oligarquias ultrapassadas, que tentam retomar ou se manter no poder, torcem para que a esquerda não se una. Do ponto de vista popular seria uma alternativa desastrosa.

Para a união da esquerda problemas práticos devem ser resolvidos. Em primeiro lugar, assumir que o caráter de uma candidatura depende do caráter das forças que a sustentam e do seu programa. Uma candidatura da coligação que apoiou Lula no segundo turno, com um programa correspondente, é uma candidatura de esquerda. Em segundo lugar, Euclides Neto, nome que vem angariando maiores respaldos, deve imediatamente se colocar como membro de um dos partidos da Frente Brasil Popular. A frente discutirá então, em concreto, a possibilidade de união em torno de uma candidatura, procurando os apoios do PDT e PCB.

*Deputado federal (PCdoB-BA) e membro da direção nacional

A administração do PT em São Paulo

Aldo Rebelo*

A vitória da coligação dos Partidos do Povo (PT, PCB, PCdoB) nas eleições municipais de 1988 em São Paulo marcou importante êxito das forças populares, impôs duro revés às elites conservadoras da maior cidade do país e abriu horizontes para a união das correntes de esquerda e a formação da Frente Brasil Popular que disputou as eleições presidenciais.

Passados um ano e alguns meses, faz-se necessária uma avaliação, por breve que seja, do caminho percorrido pela administração paulistana.

Ainda no calor dos festejos da vitória, o PCdoB formulou opinião favorável a que a futura administração tivesse como base os partidos que chegaram com Luíza Erundina à vitória, PT, PCB, PCdoB e mais o PDT, que retirou a candidatura Aírton Soares na reta final da campanha, além de setores progressistas não partidários. Só assim poderíamos enfrentar o desafio de administrar São Paulo tendo como adversários forças de direita poderosas instaladas na cidade, a imprensa conservadora, os governos estadual e federal.

Mas o PT e a prefeita resolveram seguir caminho inverso ao por nós proposto. Excluíram os demais membros do exército combatente, esquecendo-se que a fortaleza conquistada precisaria também ser defendida, pois o inimigo não havia sido aniquilado, sofrera apenas

uma derrota e já se reagrupava na retaguarda para se lançar contra os vitoriosos.

A prefeita-eleita conseguiu manter os serviços da cidade em funcionamento, a despeito dos editoriais alarmistas da imprensa conservadora de que a cidade seria tomada pelo caos; anistiou os funcionários municipais perseguidos pela gestão terrorista de Jânio Quadros e animou com seu apoio a greve geral dos trabalhadores de abril do ano passado.

Mas ao desgastar o objetivo de administrar uma cidade falida e infestada de graves problemas vieram somar-se equívocos políticos e administrativos que agravaram ou eram decorrentes da reduzida base de sustentação do Executivo: a política salarial dúbia para o funcionalismo, o tratamento rotineiro ao problema do transporte, as operações interligadas que permitem beneficiar uma multinacional como a Shell, a omissão, em momentos decisivos, da batalha presidencial, o relacionamento distante e difícil com o movimento popular organizado.

A administração deve procurar recompor sua base de sustentação política, recuperar, com ações e gestos, sua identidade com os oprimidos da cidade, enfrentar sem timidez os inimigos. Uma mudança de rumo, rápida e drástica para fazer avançar a unidade do povo.

*Vereador do PCdoB em São Paulo e membro da direção nacional

Em programa de TV comunistas propõem unidade das esquerdas

Quando em seu programa nacional de rádio e TV de 1989 o PCdoB lançou a proposta de formação de uma frente dos partidos populares e de esquerda para concorrer à eleição presidencial com candidato único já no primeiro turno, houve quem julgasse ser um sonho sem maiores conseqüências. No entanto, essa idéia tinha raízes objetivas na realidade concreta de nosso país. Tratava-se de uma necessidade que se impunha e com possibilidades de se realizar. Por muito pouco, a máquina corrupta de dominação burguesa não foi superada nas urnas.

Unidade popular

Agora, nesta última 5ª feira, dia 1º de março, o PCdoB foi novamente ao ar em cadeia nacional. Mais uma vez, seu objetivo central foi o de insistir na União do Povo. "A unidade é fundamental" disse João Amazonas, presidente nacional do Partido. "Em primeiro lugar" — prosseguiu — "temos de pensar no Brasil, no esforço por sua emancipação. As questões partidárias não podem se sobrepor aos interesses do povo e da nação."

Neste programa de rádio e TV, o PCdoB também fez uma avaliação positiva do processo eleitoral em que a Frente Brasil Popular obteve 47% dos votos válidos — cerca de 31 milhões de brasileiros votaram em Lula.

Entreguismo collorido

Ao lado desta análise, os dirigentes do PCdoB avançaram

crítica contundente ao governo que se prepara para assumir. Edmilson Valentim, deputado federal do PCdoB pelo Rio de Janeiro, apareceu no programa considerando o próximo governo como "a serviço dos grandes empresários, dos usineiros, latifundiários e do capital estrangeiro. Será um governo até com certa tendência fascista!", garantiu Edmilson. Aldo Arantes, deputado federal do Partido por Goiás, destacou os acordos com os grandes capitalistas internacionais, "evidenciando o plano de entrega total do país ao capital estrangeiro e de venda das empresas estatais às multinacionais."

Ainda neste bloco, Haroldo Lima, que é líder do PCdoB no Congresso Nacional, concluiu dizendo: "O Partido considera que é dever de todos os setores progressistas fazer oposição firme e consciente ao governo Collor".

68 anos de história

Em outro segmento do programa na TV e no rádio, o PCdoB fez um resumo das quase sete décadas de história do mais antigo partido político do país, que "é também o mais novo", complementa João Amazonas em uma de suas intervenções, "porque se orienta pelo marxismo-leninismo, a teoria do socialismo científico". Neste trecho o vereador pelo Partido em São Paulo, Aldo Rebelo, explicou que após o golpe reviosinista patrocinado por Nikita Krus-



chev, "uma corrente dirigida por Luis Carlos Prestes aderiu ao anti-socialismo da União Soviética". "Este grupo", continuou Aldo, "então em maioria no Comitê Central, mudou o nome do Partido para Partido Comunista Brasileiro retirando os princípios do marxismo-leninismo dos seus Estatutos."

Jandira Feghali, que durante os dois programas funcionou como uma espécie de "âncora", e é deputada estadual pelo PCdoB no Rio, exibiu o documento "Em defesa do Partido", datado de fevereiro de 1962, onde o Partido denunciou a manobra dos prestistas, acusando-os de abandonar o marxismo. Fechando o bloco histórico o programa faz propaganda da campanha nacional de filiação que o PCdoB desencadeou com o objetivo de filiar 500 mil militantes.

A questão do Leste

Defendendo suas concepções revolucionárias desde essa época, o PCdoB se mostrou à vontade para fazer a crítica do que vem ocorrendo no Leste europeu. Luciano Siqueira,

que é presidente do PCdoB em Pernambuco, resumiu a opinião do Partido a esse respeito: "A propaganda capitalista anuncia que o socialismo morreu. O que morreu, entretanto, é o revisionismo, a farsa socialista das ditaduras de capitalismo de Estado do bloco soviético."

A verdade é que o PCdoB, desde 27 de julho de 1963 — data em que divulgou documento respondendo as críticas feitas por Krushev ao Partido —, vem denunciando sistematicamente as posições traídas adotadas pelos agentes revisionistas russos. No mesmo documento está escrito: "O PCdoB julga que a verdade deve ser dita. Cedo ou tarde, ela acabará se impondo!". Desta forma, o chamado "socialismo renovado" de Gorbachev e seus seguidores, conclui o PCdoB em seu programa, não passa de um disfarce para encobrir a volta do capitalismo na URSS.

As propostas do PCdoB

No final de janeiro, o Comitê Central do Partido se reuniu e fez uma análise da conjuntura. Na ocasião, os dirigentes do PCdoB decidiram propor a todas as forças progressistas a formação de um movimento nacional de oposição popular. Na TV, João Amazonas renovou o apelo à unidade: "Nossa opinião é que todas as forças políticas que participaram do segundo turno da campanha eleitoral ao lado da Frente Brasil Popular, e mes-

mo outros setores progressistas que não chegaram a participar dela, devem se unir agora. Vamos formar uma oposição ao governo Collor", convidou Amazonas, "não burguesa, mas popular, mais conseqüente".

Jussara Cony, deputada do PCdoB pelo Rio Grande do Sul, completou as preocupações do Partido lembrando a necessidade de se constituir, no futuro Congresso a ser eleito em outubro, uma forte bancada de oposição, além de se lutar para buscar a unidade para a eleição dos futuros governadores e das bancadas oposicionistas em todos os Estados.

Produção independente

Pela primeira vez o PCdoB resolveu montar diretamente a produção de seu programa anual, ao invés de contratar uma produtora de vídeo. A direção executiva confiou ao jornalista Carlos Azevedo a roteirização e coordenação da produção do programa, que está à disposição de quem desejar comprá-lo na sede da Direção Nacional. Hilton Acyoli, o mesmo criador do jingle "Sem Medo de Ser Feliz", da campanha da FB Popular, foi o responsável pela trilha sonora, trabalho realizado com base no hino "Internacional". O programa contou também com a participação de dois artistas de computação gráfica, Ieda Romero e Roberto Galvão, que elaboraram as vinhetas, os gráficos e outros efeitos visuais.

PCdoB avalia gestão de Erundina

Pepe

A direção regional do PCdoB em São Paulo entregou à prefeita Luiza Erundina, da capital, no dia 2 de março, um documento opinando sobre o primeiro ano do governo paulistano. Na visão dos comunistas de São Paulo, a vitória de Luiza Erundina na capital "abriu precedente inédito para a união do povo através da Frente Brasil Popular, que veio a se constituir mais adiante".

Após notar que o PCdoB tornou pública sua posição de apoio à administração municipal, mantendo sua independência crítica, o documento, intitulado "Superar as deficiências e ampliar a base política da administração municipal de São Paulo", chama a atenção para fatores positivos do governo municipal, como a anistia a funcionários públicos perseguidos por Jânio Quadros, o apoio de Luiza Erundina à greve geral, o esforço moralizador e o dossiê sobre as irregularidades do governo de Jânio, a inversão de prioridades no novo orçamento municipal e o "espírito inovador e justo da reforma tributária".

Os erros da administração

Mas os comunistas constatarem também que a administração municipal cometeu erros. "Em primeiro lugar, quando optou por uma base política reduzida, inferior à que lhe garantiu a vitória. Além do PT, PCdoB e PCB, que compunham a coligação dos Partidos do Povo, Luiza Erundina recebeu, na reta final, o apoio do PDT com a retirada da candidatura de Airton Soares, além do apoio de bases do PSDB que abandonaram a candidatura Serra no último momento. O PT e Erundina abandonaram essa base da vitória e recuaram para uma composição exclusivamente petista, com uma presença secundária do PCB no segundo escalão do governo."

O PCdoB também considera que o grave setor do transporte não foi encarado "como um ponto de estrangulamento a ser atacado à parte, com medidas políticas e administrativas ousadas, enérgicas" e critica a "maneira dúbia e sinuosa" com que foi conduzida a política salarial para o funcionalismo, dentre outras deficiências da administração.

O partido dos comunistas destaca: "Mas o problema mais grave do desempenho político da administração e da Prefeitura revelou-se na importante batalha da sucessão presidencial. Vitoriosa, Luiza Erundina projetou-se como importante liderança nacional; sua intervenção poderia gerar fatos importantes para a unidade das forças progressistas em torno da eleição presidencial. Em regra, prevaleceu a omissão e houve intervenções em momentos duvidosos e questionáveis. O primeiro, para apoiar determinado pré-candidato a vice, fator de desentendimento da Frente Brasil Popular; o segundo, no caso Lubecca, quando assumiu uma atitude defensiva e tomou uma decisão precipitada em relação ao vice-prefeito, com prejuízos para a campanha."

Rumo popular

Na busca do êxito da administração municipal, o PCdoB propõe uma "drástica correção de rumos políticos e administrativos", que garanta ampliar "a base de sustentação e apoio da administração junto às correntes progressistas e forças democráticas" da capi-



Na opinião dos comunistas Erundina poderia gerar fatos importantes para a unidade dos progressistas

tal garantindo à Prefeitura "uma orientação democrática e popular". Os comunistas acreditam, igualmente, que é necessário "enfrentar as elites sem timidez e denunciar as forças conservadoras que sabotam e dificultam a ação da administração", e apontam para a necessidade de "iniciativas de caráter político-administrativo que mantenham viva a identidade popular da administração".

Alertando para o fato de que "a crítica à administração não pode tornar-se um acerto de contas entre correntes e grupos em torno de interesses menores", o PCdoB reafirma que a "unidade alcançada nas

batalhas da sucessão municipal e presidencial pode e deve avançar, particularmente onde ela deu passos vigorosos e acendeu tantas esperanças, como na cidade de São Paulo. Superar as deficiências e ampliar a base popular e partidária da atual gestão são o caminho para tornar a Prefeitura de São Paulo um ponto de apoio efetivo para a construção de dias melhores para a nossa gente".

Em Santos, cuja Prefeitura também é dirigida pelo PT, o PCdoB encaminhou documento avaliando a gestão de Telma de Souza e fazendo propostas para viabilizar a participação popular.

Collor convoca sindicalista de direita para Ministério do Trabalho

Altamiro Borges*

A grande imprensa apresentou a indicação do arqui-pelego Antonio Rogério Magri para o Ministério do Trabalho como a "novidade sociológica" do governo Collor. O objetivo é dar a impressão de que o movimento sindical foi contemplado. Mas Magri e sua CGT representam apenas o patronato, o fisiologismo e o gangsterismo sindical. A tônica que imprimirá à sua gestão está clara: a perseguição aos trabalhadores e ao movimento sindical combativo.

A indicação de Antonio Rogério Magri para o Ministério do Trabalho (e agora também da Previdência Social) caiu como uma bomba nos meios sindicais. Não que os setores mais combativos e independentes do sindicalismo brasileiro alimentem qualquer ilusão com relação ao futuro governo Collor de Mello. Mas pelo menos imaginavam que o presidente eleito fosse um pouco mais hábil politicamente, evitando o desgaste e a perda de bases de apoio logo no início de sua gestão.

Afinal, Magri é quase um consenso: ele é rejeitado pelo grosso do sindicalismo atuante do país. Pela sua concepção abertamente patronal e por sua prática fisiológica e de gangster, o atual presidente da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores) não tem trânsito entre as lideranças sindicais de diversas correntes. De imediato, sua indicação inviabiliza a demagógica e sorradeira proposta de entendimento nacional formulada pela equipe de Collor para garantir sustentação ao seu governo.

O próprio Joaquim dos Santos Andrade, que dirige a ala dissidente da CGT e dá novos sinais de realinhamento com o tal "sindicalismo de resultados", protestou diante da nomeação de Magri. "Ele é a pessoa menos indicada para o cargo", afirmou. Já a CUT e a Corrente Sindical Classista prometem um combate acirrado às atitudes patronais e corruptoras de Magri.

A trama de Collor

Com essa indicação, o presidente eleito deixa claro qual será sua postura diante das lutas sindicais. Numa jogada tipicamente populista, Collor tenta iludir milhões de eleitores: nomeia um "sindicalista" para o Ministério do Trabalho e divulga a falsa idéia de que no seu governo os trabalhadores terão vez. Só não explica

nais do trabalho (DRTs) será o primeiro passo nesse sentido. A poderosa e milionária máquina da previdência social também servirá a esse intento corruptor.

Em suas recentes declarações à imprensa, Magri não esconde que seu inimigo principal será a CUT. Ele também já deixou implícito que acionará as leis e os aparatos de repressão existentes para evitar o que ele chama de "greve política" — ou seja: as mobilizações sindicais contrárias às medidas políticas e econômicas do governo Collor que penalizem ainda mais os trabalhadores. Só por isso dá para projetar que as relações entre governo e movimento sindical tendem a endurecer.

Trajatória reveladora

Essa previsão não é mero pessimismo. O próprio Collor,

em reunião com a bancada do PDS, antes do carnaval, revelou qual será seu comportamento diante das greves contrárias ao seu programa econômico recessivo e entreguista. "Vou tratá-las no pau", esbravejou. Além disso, a trajetória do novo ministro reforça essa tendência. Magri sempre se caracterizou como um inimigo feroz do sindicalismo mais politizado, classista. Principalmente a partir de meados de 1987, quando assumiu de vez sua postura patronal e organizou o chamado "sindicalismo de resultados".

Sua concepção sindical é de intransigente defesa da exploração capitalista. Não é para menos que Magri e Medeiros (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo) foram os principais "sindicalistas" que reforçaram o lobby dos patrões na Constituinte para derrotar as reivindicações

da estabilidade no emprego e da redução da jornada de trabalho. Sua prática é a da conciliação com o patronato, dos conchavos de bastidores, da negação da luta de classes. Por isso, ele sabota greves e joga intensamente na divisão do movimento sindical. Magri foi um dos responsáveis pela imposição da CGT, tomando de assalto sua direção. Seu método lembra o da máfia americana, apelando para o banditismo para impor sua visão.

Ligações com a CIA

Esse longo currículo anti-sindical, que lhe valeu o Ministério do Trabalho, não é mérito próprio. Magri é o homem do capital americano infiltrado no sindicalismo brasileiro. Ele mesmo gosta de afirmar que é financiado e representa em nosso país a AFL-CIO — a poderosa central sindical dos EUA que defende o imperialismo ianque. Além de presidir a moribunda CGT, Magri dirige também o ICT (Instituto Cultural do Trabalho), que é a filial no Brasil do poderoso Iadesil (Instituto Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre).

Essas ligações perigosas conduzem Magri aos braços da CIA, o centro de espionagem dos EUA responsável por golpes de Estado, atentados contra a democracia, sabotagens às greves operárias, divisão do movimento sindical, assassinatos e atos terroristas. Afinal, os organizadores do Iadesil e do ICT — antigos amigos de Magri — são conhecidos agentes pagos da CIA. Em abril de 64 os dirigentes do Iadesil comemoraram o golpe militar no Brasil. Willian Doherty, diretor executivo do instituto, gabou-se: "O que houve em 1º de abril não ocorreu por acaso — foi planejado — e planejado com meses de antecedência. Muitos dos líderes sindicais, alguns deles treinados em nosso instituto, estavam envolvidos na derrubada do regime de João Goulart." Agora, em 15 de março de 1990, novamente os dirigentes do Iadesil devem se jactar — conquistaram o Ministério do Trabalho.



Collor e Magri: a tentativa de enganar os trabalhadores e destruir o movimento sindical

* Diretor do Centro de Estudos Sindicais e colaborador da Classe

Quando os dinossauros têm razão

Antonio Martins

Animada com a nomeação de Osires Silva para o Ministério da Infra-estrutura, a direita faz piada dos que combatem a privatização. Mas o simples exame de dados recentemente divulgados pelo Ministério da Fazenda é suficiente para demonstrar a fragilidade teórica dos argumentos a favor da venda das estatais.

A nomeação, no último dia 19, de Osires Silva para o poderoso Ministério da Infra-Estrutura do futuro governo deixou mais claro do que nunca que Collor aposta na privatização em massa de empresas estatais como uma das medidas básicas de seu plano para reduzir a inflação e sair da crise. Osires foi um dos articuladores, e presidia até há alguns dias, o movimento "Convergência Democrática", uma articulação de líderes empresariais amarrada no ano passado com o objetivo explícito de combater o ascenso da esquerda e lutar para eleger um presidente comprometido com a redução do papel do Estado na economia. Além disso, fez questão de frisar já em suas primeiras entrevistas que foi guindado ao ministério precisamente para promover uma privatização radical.

O futuro ministro declarou por exemplo que o Estado precisa ser encolhido, "para não custar tanto ao consumidor brasileiro". Outros assessores de Collor encarregaram-se de fornecer detalhes sobre o processo de vendas das estatais.

A idéia: entregar "todo o possível" à iniciativa privada

Eles disseram que a futura administração procurará "transferir tudo o que for possível" para a iniciativa privada, incluindo-se nesta definição as próprias subsidiárias da Petrobrás não protegidas pela Constituição. Com grande entusiasmo, anteciparam ao jornal "Gazeta Mercantil" que a "transferência" poderá "gerar recursos para o Estado" na ordem de até 18 bilhões de dólares até 1994, sendo 3,5 bilhões apenas no primeiro ano. Explicaram que a venda será feita principalmente através da conversão de títulos da dívida interna em ações das estatais, mas que o capital externo será igualmente bem-vindo. E afirmaram estar certos de que, feito desta maneira, o processo conduzirá tanto à redução do déficit público quanto à retomada de investimentos suspensos há anos devido à falência financeira do Estado brasileiro.

Para a "Folha", só "dinossauros" são contra a privatização

Apoiada irrestritamente por todos os grandes órgãos de comunicação, a privatização tem ainda a seu favor a maré de conservadorismo que varre o planeta, nesses dias em que a própria União Soviética aprova a cada reunião do Soviète Supremo mais medidas restaurando a propriedade privada. Vítimas de um jornalismo cada vez mais superficial e irresponsável, amplos contingentes do povo são bombardeados todos os dias por uma onda de propaganda segundo a qual os "tempos modernos" provaram definitivamente que o Estado é incapaz de organizar a atividade econômica, e graças a sua própria "ineficiência" faliu em toda parte, inclusive no Brasil. Cegos diante de tal evidência estariam, aliás, apenas os "dinossauros", termo que a "Folha de S. Paulo" passou a empregar na semana passada para designar os que sustentam as bandeiras do socialismo.

Quatro dias após a nomeação de Osires Silva, contudo, o Ministério da Fazenda foi obrigado a divulgar números que, se analisados com um mínimo de isenção e profundidade, podem demonstrar que os dinossauros não estão tão errados assim. Eles referem-se à execução financeira do Tesouro Nacional em janeiro último, trazem importantíssimas revelações sobre as despesas que de fato oneram o Estado e acima de tudo permitem identificar as forças sociais que seriam beneficiadas pela eventual vitória de um processo de privatizações como o sonhado por Collor e Osires.

Os números mostram: gastos com pessoal caíram 30% em um ano

Os números demonstram, mais uma vez, a enorme falsidade das afirmações segundo as quais o Estado faliu porque paga salários de marajás aos privilegiados que trabalham em suas empresas. O total de gastos com pessoal e encargos sociais em janeiro chegou a



Embraer: dirigida por Osires durante anos, é hoje uma das primeiras de sua lista de privatizações

21,982 bilhões de cruzados novos, o que equivalia a 40,9% do total de impostos arrecadados — bem abaixo, portanto, do índice máximo de 65% fixado pela Constituição. Ainda mais revelador é o fato de ter havido uma redução no montante total de salários pagos pela União, entre janeiro de 1989 e janeiro deste ano. Os números do Ministério da Fazenda demonstram que os gastos com salários e encargos sociais pagos há um ano equivaleriam a 31,624 bilhões de cruzados novos atuais, se corrigidos monetariamente. Houve portanto uma queda real de 30,49% na massa salarial dos servidores públicos federais, certamente provocada pela corrosão dos vencimentos pelas taxas da sempre crescente inflação dos últimos meses.

As informações mais relevantes contidas nos dados divulgados pelo Ministério da Fazenda, contudo, são as que dizem respeito à dívida interna, ao crescimento que ela experimentou nos últimos doze meses e à transferência brutal de riquezas que ela acaba promovendo, sempre em benefício dos grandes grupos econômicos do país.

Num único mês, três bilhões de dólares para credores internos

A dívida, com efeito, chegou no final do mês passado à cifra astronômica de 2,312 trilhões de cruzados novos, que convertidos pelo câmbio de 31/1 equivalem a 128 bilhões de dólares, aproximadamente o mesmo volume alcançado pela dívida externa. Calcula-se que dois terços desse total (cerca de US\$ 85 bilhões) estejam em poder dos aplicadores na

"ciranda financeira", ficando o restante em mãos do Banco Central.

Ainda mais impressionante, contudo, é o custo mensal destes débitos, sobre os quais pesam juros cada vez mais altos. Em janeiro deste ano este valor chegou a 93,87 bilhões de cruzados novos, ou 5,21 bilhões de dólares. Significa dizer, por exemplo, que os juros internos causaram ao Estado uma despesa 4,21 vezes superior ao total gasto com salários e encargos sociais de todos os funcionários públicos, tanto das empresas estatais quanto da administração direta.

Significa, por outro lado, que houve um enriquecimento fantástico dos credores da dívida interna. Se descontarmos os juros referentes à parcela da dívida em poder do Banco Central, descobriremos que estes credores tiveram, apenas em janeiro, um ganho líquido real de 3,47 bilhões de dólares, algo como 1/4 dos investimentos necessários à construção do túnel submarino que cruzará o Canal da Mancha para unir a França e a Inglaterra, e vem sendo qualificado como a "obra do século".

Ao divulgar, no último dia 23, este conjunto de dados, o secretário-adjunto da Secretaria do Tesouro Nacional, Simão Cirineu Dias, esclareceu por fim que eles não expressam a realidade passageira de um mês de dificuldades atípicas, mas são o resultado inevitável da política de juros estratosféricos praticada pelo ministro Mailson da Nóbrega durante o segundo semestre de 1989.

Mailson afirmou então que tais juros, que variaram entre taxas de 60% a 100% ao ano, teriam resultados pouco expressivos sobre a dívida inter-

na, e certos índices divulgados à época pareciam lhe dar razão. Cirineu Dias, seu subordinado, é obrigado a reconhecer hoje que o desastre foi armado oito meses atrás, mas que seus efeitos começam a aparecer a partir de agora, quando "começam a vencer os títulos emitidos em um período de taxas elevadas".

Basta conhecer os primeiros números, contudo, para compreender o processo desencadeado por Mailson ao elevar as taxas de juros a patamares nunca antes praticados na história do país. Tal processo, que contou sempre com o aplauso e a satisfação dos conservadores, aprofundou de forma inédita o estrangulamento financeiro do Estado brasileiro, enquanto permitiu, na outra ponta, que os credores da dívida interna acumulassem ganhos reais verdadeiramente nababescos. Não seria exagerado supor que a transferência de riqueza gerada pelo mecanismo tenha beirado os 20 bilhões de dólares ao longo de todo o ano de 1989.

É com um volume de dólares mais ou menos igual a este que os grandes grupos econômicos pretendem, agora, "comprar" as empresas estatais, construídas com enorme sacrifício pelo povo ao longo de décadas. Sem querer esgotar o debate sobre o assunto, cada vez mais necessário e urgente entre as forças progressistas, a Classe pede licença para lembrar que em condições políticas diferentes a operação que Collor pede para Osires Silva concluir agora seria qualificada como **estelionato**, e sujeitaria os praticantes aos rigores do Código Penal.

Barroso: Unir-se à CUT para fortalecer o sindicalismo de luta

Com a realização do II Congresso Nacional da CSC no Rio de Janeiro, sindicalistas comprometidos com a concepção classista de luta sindical virão de todos os cantos do país para deliberar sobre as questões candentes do movimento sindical, bem como analisar quadro político que vai se anunciando com a proximidade de medidas contrárias aos interesses dos trabalhadores e do povo, que serão — sem sombra de dúvidas — tomadas pelo novo governo a curto prazo.

O período de 9 a 11 de março, além de marcar a realização do II Congresso da Corrente Sindical Classista — CSC, marca a chegada de um momento histórico para o movimento sindical brasileiro: a busca pela unidade e pela ampliação do poder de sua influência nas reivindicações econômicas e políticas dos trabalhadores. Tal é a importância deste congresso, confirmada aqui pelas declarações de Sérgio Barroso, dirigente nacional da CSC.

Unificação orgânica: CUT fortalecida

Um dos objetivos imediatos do II Congresso diz respeito à resolução sobre a unificação orgânica da CSC à CUT. Estamos defendendo a unificação com base nos seguintes propósitos: haverá significativo reforço da CUT, do ponto de vista da representatividade sindical, com a CSC. Não é só isso. Essa decisão também modifica a qualidade políti-

ca desse setor sindical, uma vez que passe a atuar com a CUT. Também deve resultar num perfil mais pluralista da central e no fortalecimento da base sindical.

Contribuir para ajustar a concepção da CUT no que diz respeito à vinculação da luta econômica e política e, particularmente, defender que a central jogue papel de destaque na formação da unidade das forças progressistas e de esquerda, como objetivo de unir as amplas massas do povo, dando curso à unidade forjada.

Na medida em que os sindicalistas classistas defendem a filiação de suas entidades à CUT, vamos encontrar um novo campo de atuação. Representa um novo terreno para propagar as idéias classistas, não significando, portanto, abrir mão do rumo que defendemos, cuja base dos princípios programáticos foram aprovadas no primeiro congresso. Estes princípios encer-



II Congresso da CSC é marco de intensificação da unidade operária

ram uma visão da luta operária, dentro de uma perspectiva revolucionária e socialista, isto é, atuando no curso da luta política e econômica que se dá no país, buscando articulá-las com o rumo estratégico do proletariado.

CSC garantida como tendência organizada

Além de debater a atua-

ção dos sindicalistas classistas, o congresso elegerá uma nova coordenação para que se garanta a articulação da CSC no interior da CUT como tendência organizada, política e organizativamente de maneira independente. É evidente que isso pressupõe o acatamento e encaminhamento das resoluções aprovadas democraticamente nas instâncias da CUT, ou seja, defender os critérios da democracia sindical na central. Pensamos que a concepção autêntica do sindicalismo classista precisa multiplicar muito suas propostas no conjunto do movimento operário brasileiro. Isso é uma necessidade imperiosa para o avanço da luta de classes no Brasil sob a ótica da luta pelo socialismo. O reformismo, bem como o economismo puro são obstáculos que precisam ser superados.

Faremos oposição a Collor e seu governo

Quanto à situação nacional, vemos que Collor e seus porta-vozes se manifestam através de pronunciamentos diversionistas. Uma hora falam em congelamento dos preços, em outra falam que é inviável ultrapassar o

Defendem abertamente a internacionalização da economia e privatização de importantes empresas estatais: ao tempo em que fazem demagogia ao acenarem com a preservação do poder de compra dos trabalhadores. A própria futura ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, uma obscura economista, parece ter recuado da sua proposta de descentralização do pagamento da dívida externa e diz que está procurando uma fórmula que combine medidas ortodoxas com medidas heterodoxas.

Collor privilegiará as elites dominantes

O certo é que não se pode servir a dois senhores ao mesmo tempo. A tendência do governo Collor é de privilegiar as elites internacionais e nacionais que deram sustentação durante a campanha e mostram bem o caráter do novo governo: antinacional e a serviço das minorias dominantes.

Para o II Congresso da CSC, a expectativa é que seja ultrapassada a meta do congresso anterior, que contou com a presença de 703 entidades e 2.563 delegados. No balanço nacional que foi feito, ficou nítido que esse novo congresso será vitorioso nesse aspecto. Nele, os sindicalistas deverão também se manifestar extra-oficialmente em documento intitulado "Em defesa do socialismo".

Centrais estrangeiras foram convidadas

Outro fato auspicioso é que convidamos para o evento delegações sindicais internacionais. Foram convidadas as UPA-Uniões Profissionais da Albânia, CTC de Cuba, a Corrente de Classe da CGTP de Portugal, uma representação das Comissões Obreras da Espanha, a CUT colombiana, a CST da Nicarágua, a Confederação Campesina do Peru e a UGTE do Equador. Também entidades sindicais, partidos e entidades civis foram convidados.

Quais serão os desafios do sindicalismo diante do novo governo? Este é o assunto principal da edição número 7 da revista *Debate Sindical*, que acaba de ser impressa. A publicação também aponta a importância do II Congresso Nacional da Corrente Classista e apresenta a trajetória dos comunistas no movimento sindical brasileiro desde a década de 30. Editada pelo Centro de Estudos Sindicais (CES), a revista é especializada na análise aprofundada do sindicalismo. O preço de capa é de NCz\$ 130,00. Na compra de cota superior a 50 exemplares o CES dá 20% de desconto. Adquirar seu exemplar. Entre em contato com o CES — Rua Major Quedinho, 300, sala 15, Bela Vista, SP, SP, CEP 01050.



Trabalhadores rurais de todo o país querem realizar 5º Congresso

Aquivo

Em Brasília, no início de fevereiro, os membros do conselho da Contag debateram mais uma vez a realização do 5º Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais. Eis a questão levantada por alguns Estados: adiar o congresso porque "como fazer uma coisa que não temos condições de realizar?" A representação do Paraná chegou a afirmar que só terá condições de trazer os diretores da federação (10) e mais 10 delegados de base.

O debate foi quente, mas houve muita firmeza sobre a necessidade política dos trabalhadores rurais construírem a efetivação do seu congresso nacional.

Uma liderança do Acre assim se expressou: "somos de longe, falta tudo. Mas como aprovar a não-realização se lá existe a idéia de fazê-lo para discutir nossas bandeiras de luta nesse momento político?"

O Estado vizinho, o distante Amazonas, também estava representado. Um sindicalista amazonense foi taxativo: "existe a situação econômica, mas temos principalmente a questão política para enfrentar: a última eleição da Contag não foi realizada em congresso, contra uma decisão do 4º congresso; precisamos discutir nossas propostas e reivindicações já que estamos num momento político. Não temos recursos, mas nossos sindicatos decidiram levá-los para enviar delegados.

"Voltar atrás e não realizar tal evento é diminuir a capacidade dos dirigentes e tirar a oportunidade dos trabalhadores rurais de fazerem um congresso que tire um balanço do movimento sindical do campo, seus problemas e suas necessidades, montando uma rede de propostas para o avanço da luta e organização no campo, nessa hora de agravamento do sofrimento e mesmo da fome dos trabalhadores rurais.

Alguns disseram que as resoluções do 4º congresso "ainda estão aí", mas nestes cinco anos, há muitas questões a serem analisadas: nova Constituição, reforma agrária, movimento sindical, questões trabalhistas e os assalariados agrícolas. Serão cinco

anos de governo Collor, que não foi gerado pelas forças de esquerda, progressistas. Assim, o movimento sindical do campo precisa encarar a crise que o envolve — financeira, mas principalmente política e de estrutura.

Nos últimos anos, o capitalismo avançou no campo em vários Estados. Em alguns lugares com acentuada mecanização, exigindo intensificada reação dos trabalhadores agrícolas para garantir seus direitos.

"Falo pouco, disse Miguel, sindicalista do Mato Grosso, mas fico triste, chateado quando vejo colegas que falam tanto e depois não assumem. O Conselho da Contag tem que ser mais firme. Temos que realizar o 5º Congresso. No Mato Grosso, estamos trabalhando e arranjando formas de 'caçar' dinheiro para marcar presença."

A Federação de Goiás (Fetag), no recente encontro dos dirigentes sindicais, decidiu realizar seu congresso estadual, nos dias 11, 12 e 13 de maio, com a participação de cinco delegados por sindicato, sendo dois da diretoria, um trabalhador e mais uma delegada e um jovem. Eles insistiram: "vamos aos trabalhadores de mãos calosas". Até meados de abril, farão reuniões nos povoados, nas fazendas, nos assentamentos e canaviais, num esforço de atingir o maior número de pequenos produtores e assalariados rurais e "diaristas".

Minas Gerais quer fortalecer a democracia na Fetaemg, com um congresso estadual no final de abril, com mais de mil delegados, e no final, farão em congresso a eleição da nova diretoria da federação.

Esse também é o ritmo de trabalho de outros Estados: Pernambuco, Ceará, Amazonas, Piauí, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso etc... A decisão fundamental é democratizar o próximo congresso nacional. Os debates precisam chegar aos trabalhadores de chapéu de palha, queimados de sol, acesos para a luta.

Os trabalhadores terão que



Camponeses: força indispensável

ser criativos, produzindo condições financeiras para garantir a presença de dois delega-

dos de cada STR em Brasília. É seguir a receita de um dirigente rural, que propõe fazer

nem que seja leilão de galinha para juntar dinheiro e realizar o 5º congresso nacional.

Lutas metalúrgicas aquecem a sucessão de Medeiros em SP

Em fevereiro, na capital paulista, as empresas metalúrgicas Halpt, Mapri, MWM e Siemens enfrentaram grandes mobilizações dos trabalhadores por melhores condições de trabalho. Eles não titubearam em cruzar os braços. Somente na Mapri não foi necessário ir à greve. É que os trabalhadores de lá realizaram assembleia decretando estado de greve, o que bastou para assustar os patrões e fazê-los ceder frente as reivindicações.

O carro-chefe das recentes lutas metalúrgicas em São Paulo, é a briga para resgatar a inflação oficial de dezembro, 53,55% que, graças a uma desastrosa gestão de Antônio Medeiros no sindicato, ficou retida nos bolsos dos empresários. Além disso, a categoria tem que reverter o quadro de desagregação de sua unidade, abalada pela política direitista de Medeiros, que

investe em fazer acordos salariais por empresa. Tal procedimento atrasa a luta dos metalúrgicos; enquanto alguns sindicatos do interior chegam a arrancar vitórias significativas na renovação dos acordos coletivos de trabalho, aos metalúrgicos paulistanos resta a alternativa de valerem-se de suas comissões de fábrica, de lideranças combativas, que denunciam e combatem na prática o sindicalismo de resultados e seu caráter economicista e patronal. Eles não podem esperar do sindicato, com Medeiros e sua gang na direção, espécie alguma de apoio. A categoria ressent-se de uma direção sindical classista, que retome o caminho para unificá-lo em torno das reivindicações comuns e de conquistar as equiparações salariais específicas de cada fábrica e as gerais dos metalúrgicos no Estado. Afinal, a linha de traição à

classe operária, seguida pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, levou a situação salarial dos metalúrgicos a um estado de coisas tal que já não se pode falar em piso de categoria.

Com a proximidade das eleições para renovação da diretoria do sindicato, surge na chapa da oposição, a chapa 2, a possibilidade concreta de vitória, já que esta chapa foi constituída com elementos combativos da CUT e da CSC e se dispõe a canalizar o sentimento de unidade na luta que há entre os trabalhadores. No entanto, para cumprir seu objetivo de varrer os pelegos do sindicato, a chapa 2, "Oposição Unidade e Luta" terá que ter apoio reforçado, uma vez que a importância dessa eleição tem caráter nacional, precisando inclusive contar com o aval do Congresso Nacional da CSC.

CSC aumenta influência em Minas

Entrevista a Irasson Cordeiro Lopes

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim e Igarapé — MG, Edmundo Costa Vieira, reconduzido ao cargo, fala à Classe da importância desse sindicato e do significado da vitória da chapa da CSC nas recentes eleições para renovação da diretoria.

Classe — Como você iniciou sua atuação sindical até chegar a presidente do sindicato?

Edmundo — Iniciei na FMB em maio de 1977 como estagiário, aprendiz de ferramenteiro da Escola Técnica da Fiat. Até então, a ferramentaria tinha o maior número de trabalhadores provenientes dos grandes centros industriais e sindicalmente mais desenvolvidos.

Em 1978, com a campanha salarial, veio a primeira greve da nossa categoria. Nela, o setor de ferramentaria da FMB teve uma participação destacada. Particularmente, me interessei em participar da luta sindical neste período.

No dia 23 de outubro, após várias assembleias, que foram aglutinando trabalhadores de todas as fábricas, iniciamos as paralisações no horário de almoço. Nesse período da greve, nós não tivemos nenhum boletim do sindicato. Não tivemos também a presença de diretores do sindicato. A greve terminou com uma vitória significativa dos metalúrgicos. Foi a quarta maior greve do país no período do regime militar e a segunda do Estado. Já havia metalúrgicos parados em São Bernardo do Campo, Santo André e na capital paulista.

Em 1979, foi eleito um comando de greve que resultou nas comissões de fábrica da FMB, da Fiat e das demais empresas. Após o mandato da primeira comissão de fábrica da FMB, fui eleito vice-presi-

dente da comissão interna.

Já no ano seguinte, o sindicato sofreu uma intervenção do Ministério do Trabalho e no final do ano foi aberto o processo eleitoral. Naquele momento, a Pastoral Operária tinha uma influência muito grande em Betim. Ela promoveu um plebiscito nas fábricas para que os trabalhadores indicassem quem deveria compor sua chapa. Na FMB, os dois mais votados foram o presidente da comissão de fábrica e eu. Só que nenhum dos dois foi convidado para participar. Porém, na última hora, por problemas de desistência de elementos da chapa, a Pastoral me convidou. Entrei como último suplente. Ganhamos as eleições disputando contra o MR-8.

Foi a fase em que os metalúrgicos começaram a diferenciar dentro da diretoria do sindicato quem tinha condições de liderar as lutas, quem realmente jogava papel destacado. Enquanto isso, os trabalhadores da FMB já questionavam porque não era eu o presidente do sindicato, se o presidente que tinha então não aparecia nas lutas.

Era uma diretoria muito fraca, com uma posição política muito atrasada. De nossa parte, sempre marcamos posição em todas as assembleias, em todos os eventos. Sempre procuramos ter uma posição séria, ser solidários, demonstrando que nós, como dirigentes sindicais, somos também



irmãos de classe, que temos os mesmos anseios.

Classe — Na empresa em que você é funcionário, a FMB, a chapa 1 obteve mais de 80% dos votos. Como você explica tal preferência?

Edmundo — É uma reedição do que houve na eleição de 1987. A primeira explicação para essa votação expressiva é a participação em todas as lutas que houveram na fábrica. Adiciona-se a isso a chapa, formada com elementos dos principais setores das empresas, e a campanha de sindicalização que fizemos, que dobrou o número de associados.

Classe — A chapa 2, "Metalúrgicos da CUT", contou com o apoio desta central e até de Lula. Como vocês viram esse envolvimento?

Edmundo — A outra chapa se intitulava da CUT, apoiada

pelo PT, portanto, pareceu natural — a princípio — que o Lula a apoiasse. A nossa chapa não tinha vinculação partidária. É uma chapa ampla, onde está presente o PCdoB, companheiros do PT, companheiros independentes. Nossa preocupação era compor uma chapa classista.

Lula não conhece a realidade dos metalúrgicos de Betim, bem como a nossa trajetória à frente do sindicato. Nós o informamos que estava apoiando a chapa de fura-greves e com um elemento vendedor de mandato aos patrões italianos — caso do candidato a vice-presidente da oposição. No sindicato, principalmente os que são ligados ao grupo Convergência Socialista, estiveram o tempo todo dividindo a luta sindical com questões menores ou artificiais. Exemplo disso é que, quando estávamos no cume da luta pela saúde dos trabalhadores na Fiat, o responsável pelo acompanhamento desta área, o Dr. Geraldo Pimenta, médico do trabalho contratado pelo sindicato, empenhou-se bravamente em defesa dos metalúrgicos. Enquanto isso, a oposição propunha — sem fundamentos — a demissão do mesmo. Isso era também o desejo da Fiat.

Assim, entendemos que o procedimento de Lula não podia ter sido o de se rebaixar em apoiar esta oposição. Principalmente porque nós da "Gara Metalúrgica" é que conduzimos a campanha da Frente Brasil Popular, com venda de camisetas e uso da sede do sindicato como comitê — tudo com a aprovação dos metalúrgicos em assembleias.

Classe — Essa atitude divisionista da CUT mineira pode ser atribuída a uma concepção de sindicalismo equivocada dentro dos setores de esquerda?

Edmundo — Sim. E dá uma lição significativa para a CUT. Enquanto eles usavam uma propaganda equivocada, de chapa da CUT, com apoio do PT, etc., os trabalhadores preferiram a nós, demonstrando que, antes da sigla, vem a concepção de luta que eles querem. Ficou provado que a linha sindical defendida pela CSC foi mais consequente.

Se a Corrente Sindical Classista no seu próximo congresso que decidirá por sua integração à CUT não contasse com a vitória aqui em Betim, ela entraria para a CUT desequilibrada, pela porta dos fundos.

Classe — Qual o alcance desta vitória da CSC em Betim? Poderá influenciar as eleições em outros sindicatos mineiros?

Edmundo — O alcance é enorme, não temos dúvida nenhuma. Poderá influenciar positivamente em outras eleições aqui no Estado como também no aprofundamento da Corrente em outras categorias.

Classe — Quais os planos a curto prazo que a nova diretoria tem para dirigir o sindicato?

Edmundo — São vários. Dentre eles, a luta imediata do pagamento betenizado, a garantia no emprego, a recuperação das perdas salariais e a oposição intransigente ao governo Collor.

Com a ampliação do número de diretores para quarenta, serão criados nove departamentos, o que dinamizará o trabalho sindical. Vamos abrir três subdesdes; uma em Igarapé, outra no bairro de Teresópolis, em frente à Fiat e outra em Contagem, onde está concentrada a maior parte dos trabalhadores de nossa base. Além disso, vamos dotar o sindicato com sistema de computador e melhorar seu parque gráfico.



Sindicato: desde 87 atento às condições de trabalho nas empresas

Homenagear Paulinho é construir o Partido

Antônio Coutinho

A Campanha Nacional de Filiação ao PC do B foi aberta, no Rio de Janeiro, no último dia 16 de fevereiro, na Associação Brasileira de Imprensa, com uma homenagem ao dirigente regional do PC do B, Paulo Machado, falecido no último dia 11 de janeiro. Depoimentos emocionados de antigos companheiros do movimento estudantil, onde iniciou-se a trajetória política de Paulinho, como era carinhosamente chamado, relatos da presidenta regional Maria Dolores acerca do convívio com o camarada ao nível da direção partidária, um depoimento vibrante de sua companheira, Márcia Araújo, dos parlamentares Jandira Feghali e Edmilson Valentim e dos dirigentes nacionais do Partido, João Amazonas e Renato Rabelo, tornaram o evento ao mesmo tempo emocionante e de grande conteúdo político e ideológico.

O presidente nacional do PC do B, João Amazonas, iniciou seu pronunciamento com uma frase de Stálin exclamada durante o enterro de Lênin: "Nem a todos é dado ser membro deste Partido...". A alusão de Amazonas procurou enaltecer o papel desempenhado pelo dirigente regional morto que, com apenas 29 anos, de acordo com ele "se transformarão em 100 anos na lembrança de todos os comunistas". Ele também procurou relacionar a luta ideológica atualmente em curso no mundo com a contribuição dada por Paulinho às fileiras partidárias. E observou: "O nosso Partido é essa legenda de combate. É o pai, é o irmão, a mão amiga... que domina a certeza de que a vitória chegará um dia, assim como pensou Paulinho".

A presidenta regional, Maria Dolores, destacou o exemplo que Paulinho significou não apenas para os militantes de base, mas também ao nível da direção executiva. Citou extratos de cartas a ela dirigidas pelo camarada durante os três anos de luta contra o câncer que terminou por afastá-lo definitivamente do convívio. Para ela, "Paulinho foi o exemplo da solidariedade humana, sensível como dirigente e como amigo. Foi a coerência entre o pensamento e a ação, entre a teoria e a prática. Possuía uma vontade de viver enorme, para servir o Partido e a revolução, o que lhe proporcionou uma sobrevida maior do que a esperada pelos médicos que lhe assistiam".

A deputada estadual Jandira Feghali observou em seu de-

poimento que Paulinho, pela disposição de vida e de luta demonstrados, "nos deu mais vontade de viver". Ela disse que o camarada, "com o seu jeito tímido e corajoso", tinha o maior orgulho em afirmar que o título mais importante que obtivera não era o de engenheiro agrônomo, mas sim "o de militante do PCdoB". Jandira destacou a capacidade de Paulinho em ouvir sempre, a todos indistintamente, e tratar com simplicidade as situações mais complexas e assinalou: "tanto era assim que a última manifestação consciente dele, momentos antes de falecer, foi um sorriso".

Campanha de Filiação

A campanha aberta do Rio de Janeiro, em nível local, adotou a denominação de "Campanha de Filiação Paulo Machado", em memória do camarada falecido e porque a questão da organização se constituía numa de suas principais preocupações. Um folheto foi distribuído entre os presentes se servirá de documento inicial para a deflagração da campanha em escala estadual. Instituído "Socialismo: defenda esta bandeira! Filie-se ao PC do B — Campanha de Filiação Paulo Machado", o documento contém extratos de cartas de Paulinho para a presidenta regional do Partido, Maria Dolores, em que ele retrata sua preocupação com as questões organizativas, um texto da Direção Nacional, sob o título "Porque ingressar no PC do B", uma sucinta biografia do camarada, com o título "Paulo Machado — Uma vida de luta" e, finalmente, a relação de todos os endereços das sedes regionais e municipais do PCdoB no Estado do Rio de Janeiro.

Sobre a campanha e a relação dela com a homenagem a Paulinho, vários dirigentes se pronunciaram e exaltaram a necessidade de serem redobrados os esforços para a consolidação do (PC do B no Estado. A presidente do MAB-Nova Iguaçu (Associações de Moradores do Rio de Janeiro), Dilecia Nahon, assinalou que a Campanha é um desafio para o conjunto do partido e que a lembrança do nome de Paulinho para patrono aumenta a responsabilidade de todos os militantes.

O deputado federal Edmilson Valentim observou que "Paulinho personifica a preocupação em organizar o povo", daí a necessidade de todos os militantes se envolverem na construção e consolidação do Partido. Para Edmilson, a atual situação nacional

e internacional requer um grande esforço dos militantes nos campos político e ideológico e nesse sentido "a figura de Paulinho só nos ajuda a compreender o momento que vivemos", asseverou.

Para o operário metalúrgico Edson de Souza, que integra a Direção Regional do PCdoB no Rio de Janeiro, "é necessário transformar a campanha não apenas em campanha de filiação, mas também de afirmação do socialismo e do PCdoB". De acordo com ele, "essa campanha é a grande virada que o Partido dará no rumo de sua consolidação".

— A dedicação, a firmeza e a convicção de Paulinho foi contagiante. Quem sabe se entre os 30 mil novos filiados que virão para o Partido durante a Campanha não surjam 30 novos Paulinhos. Será uma grande vitória! A declaração foi do dirigente regional Luis Fernandes, responsável pelo ingresso de Paulo Machado na militância do PCdoB, ainda no período do movimento estudantil, em 1981. Para ele o exemplo de Paulinho terá que ser resgatado para dar continuidade à caminhada vitoriosa rumo ao socialismo.

INAUGURAÇÃO

A Direção Regional do PC do B no Rio de Janeiro inau-



Paulinho: dedicação total ao Partido até o último sopro de vida

gurou, no dia 16 de fevereiro, momentos antes de lançar a Campanha de Filiação, o Auditório Paulo Machado, em homenagem ao camarada falecido e que naquela data estaria completando 30 anos. A saudação foi feita pela veterana militante comunista e membro da Direção Nacional, Elza Monerat, que salientou vários aspectos da vida de Paulinho. Deteve-se particularmente no episódio em que tomou conhe-

cimento de que estava com câncer e que possuía poucos meses de vida. Elza relatou: "Paulinho ao saber do médico que teria pouco mais de três meses de vida, de forma relutante bradou que precisava viver para continuar lutando pelo partido e pela revolução. Esse desejo foi que elevou a sua sobrevida para quase três anos e nos deixou um legado maravilhoso, que foi o seu exemplo de camarada".

Ele foi mais radical do que a doença

"Não deixa filhos, nem bens". A letra fria do sistema social a que está submetido o povo brasileiro revela, no atestado de óbito do camarada Paulo de Souza Machado, dirigente regional do PCdoB do Rio de Janeiro, falecido no último dia 11 de janeiro, a incapacidade dessa sociedade resgatar a eternidade do ser. A laconica frase mereceu da ex-companheira de Paulinho, Márcia Araújo, uma profunda reflexão sobre o papel da vida e, em particular, dos militantes comunistas e suas contribuições na luta do socialismo.

Para Márcia, na qualidade de médica, a notícia da doença soava como uma condenação inexorável. No entanto, ao conviver com um comunista com câncer pôde perceber, numa relação dialética com a batalha permanente contra a exploração capitalista, o desafio que Paulinho imprimiu à sua vida, dedicando-se ao Partido

e à revolução, e conseguindo, não somente enfrentar a doença, mas, e fundamentalmente, apontar caminhos, unir a teoria à prática, dar a perspectiva do socialismo, enfim, inaugurar um estilo marcante de militância.

A materialização desse entendimento não custou a se apresentar. Foi quando o operário metalúrgico e igualmente membro da Direção Regional do PCdoB do Rio de Janeiro, Edson Souza, observou: "Paulinho não recebe mais tarefas, mas ele milita entre nós". A capacidade do camarada em transformar a sua previsível ausência do convívio diário numa presença viva e exemplar para as fileiras partidárias foi assim sintetizada por Márcia Araújo: "Ele foi mais radical do que a doença, desafiou-a revolucionariamente..."

Nas próprias palavras de

Paulinho é possível resgatar esse papel, que conscientemente ele assumiu. Durante os últimos dois anos de sua breve existência (faleceu com 30 anos incompletos) Paulo Machado resolveu escrever cartas para a presidenta regional do PCdoB, Maria Dolores, em que discorria acerca dos problemas, das debilidades e das tarefas que se apresentavam no seio do Partido, ao mesmo tempo que apresentava sugestões e propostas. Após chegar da Albânia, onde passou cerca de um mês, revelou: "Camaradas, vale qualquer sacrifício pessoal, pela realização do socialismo. Estou feliz!".

Sim, Paulinho deixa filhos e bens. Não os filhos de que fala o atestado de óbito, mas aqueles que, apenas pelo fato de não serem filhos nascidos de





uma relação de amor com a Márcia, não são menos filhos, porque nasceram para uma vida cuja luz maior foi proporcionada pela mão amiga e camarada de Paulinho: filhos da luta revolucionária pela construção do Partido e do socialismo.

Uma vida de luta

Paulo Souza Machado nasceu no interior de Minas Gerais, Araguari, em 16 de fevereiro de 1960, mas foi no Rio de Janeiro que viveu os momentos mais importantes de sua breve trajetória encerrada precocemente no dia 11 de janeiro deste ano. Sua participação teve início em 1980, quando foi eleito para a direção do CEA-Centro Acadêmico de Agronomia, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Neste mesmo ano participou ativamente da famosa greve dos 108 dias, em defesa do ensino público e gratuito, pela readmissão de professores e contra a privatização da Universidade.

Em 1981, Paulinho, como era carinhosamente chamado, foi eleito para a diretoria do DCE-Diretório Central dos Estudantes da instituição. Ingressou nas fileiras do PCdoB, oportunidade em que deixou claro sua opção pela revolução como projeto de vida. Já no ano seguinte foi eleito para dois organismos de grande importância política: a diretoria da UNE-União Nacional dos Estudantes e a Direção Regional do PCdoB/RJ. Em 1983 formou-se em Agronomia, mas tornou-se profissional da revolução, dedicando-se exclusivamente ao Partido, numa

decisão tomada com muita convicção.

Jovem estudioso e de uma dedicação exemplar, se destacou nas Secretarias de Organização, Formação e, posteriormente, na de Propaganda. Paulinho possuía uma característica marcante, que era, apesar de jovem na vida e no Partido, o de aliar a teoria à prática. Suas posições eram determinadas pela convicção e serenidade, pois via a perspectiva do socialismo em todas as atitudes que tomava. Era profundo nas decisões e nem por isso deixava de ser simples. Ao tomar conhecimento da doença que o acometia decidiu lutar firmemente no sentido de vencê-la, no entendimento que queria continuar a viver, por amar a vida e por desejar cum-

prir a sua tarefa de trabalhar pelo Partido e pela revolução.

Nos quase três anos de luta contra o câncer procurou dar a sua contribuição à causa do socialismo, tendo se dedicado inclusive nas campanhas eleitorais de 88 e 89. Já na fase terminal da doença realizou o trabalho de boca de urna do primeiro e segundo turnos das eleições para presidente da República. Paulinho também foi o exemplo da solidariedade humana. Cultivava o companheirismo. Era sensível como dirigente e sabia perceber quando um camarada vivia uma dificuldade pessoal e procurava sempre auxiliá-lo. Por isso era também muito amado por todos. Sua compreensão era de que "camarada é amigo".

prir a sua tarefa de trabalhar pelo Partido e pela revolução.

Nos quase três anos de luta contra o câncer procurou dar a sua contribuição à causa do socialismo, tendo se dedicado inclusive nas campanhas eleitorais de 88 e 89. Já na fase terminal da doença realizou o trabalho de boca de urna do primeiro e segundo turnos das eleições para presidente da República. Paulinho também foi o exemplo da solidariedade humana. Cultivava o companheirismo. Era sensível como dirigente e sabia perceber quando um camarada vivia uma dificuldade pessoal e procurava sempre auxiliá-lo. Por isso era também muito amado por todos. Sua compreensão era de que "camarada é amigo".

A campanha dos 500 mil

* Arthur de Paula

O Partido Comunista do Brasil orientando-se pelo marxismo-leninismo e pelas resoluções do seu 7º Congresso, realizado em maio de 1988, faz um chamamento aos dirigentes e militantes para que avancem em todo o país a estruturação partidária.

Precisamos alcançar rapidamente a meta de 500 mil membros efetivos, organizados, para que o PCdoB possa fazer frente às exigências da luta de classes no plano nacional e internacional.

Com esse objetivo, o Partido está lançando a campanha nacional de recrutamento, cujo lema é: "SOCIALISMO: DEFENDA ESTA BANDEIRA! Filie-se ao PCdoB".

Não basta lançar o chamamento. É preciso fazer os planos, Estado por Estado, observando que o básico indispensável é construir o partido da classe operária dentro das grandes empresas, entre os assalariados rurais e camponeses, nas universidades e escolas secundárias, sem abandonar nenhuma das outras frentes em que o partido já atua, sem relegar o importante trabalho na frente comunitária, sem desprezar a intelectualidade e os artistas.

Os planos regionais precisam ser ajustados no sentido de estabelecer as prioridades, quantidades e os esforços dirigidos para o objetivo central da campanha.

Sem dúvida alguma, o PCdoB, na legalidade, vem crescendo. Aumentamos o número de filiados e militantes, a influência política se ampliou. Mas ainda é insuficiente. Precisamos de mais militantes, mais organizações partidárias e mais ligação com as massas.



Isto exige que as direções planejem e controlem a execução da atual campanha de recrutamento. O crescimento do partido precisa ser uma preocupação constante, permanente, viva nas discussões das direções regionais, distritais, municipais, nas organizações de base. O crescimento permanente do PCdoB é tarefa política fundamental e decisiva para o avanço da luta de classes no Brasil.

Dizemos com frequência que o Partido cresce no bojo das lutas. E lutas existem em todas as frentes, mas nenhuma frente passa os 365 dias do ano em luta e acabamos por cair no espontaneísmo, pois não planejamos nem dirigimos o crescimento do partido no nível necessário e possível. É preciso, portanto, um trabalho planejado, organizado e controlado.

Muitas vezes os planos, por orientação do Comitê Central, são feitos. Mas quase sempre são gerais, sem vida, não refletem a importância política da tarefa, sem prazo, metas e prioridades, sem responsáveis individuais, sem controle sistemático. O resultado é um crescimento vegetativo, e o plano acaba por não sair do papel e da intenção.

Cada plano regional de recrutamento precisa abarcar grandes e médios municípios que tenham concentração operária, de assalariados rurais, camponeses, universitários e nestas concentrações mostrar onde vamos recrutar e quantos precisamos recrutar. Além disso, os recrutados devem ser incorporados à organização de base, onde efetivamente se tornem militantes comunistas.

O papel dirigente da classe

operária não se concretiza espontaneamente. Para tornar-se realidade a classe operária precisa de seu partido de vanguarda, de seu estado-maior organizado, consciente, formado pela parcela mais avan-

çada dos operários, assalariados rurais, estudantes, intelectuais, artistas etc. Logo, temos um desafio permanente e em especial durante a presente campanha de recrutamento: fazer o Partido crescer, elevar seu nível político, ideológico e de organização. Os êxitos, as vitórias presentes e futuras do PCdoB, do proletariado brasileiro, do movimento democrático e popular em nosso país estão intimamente ligados ao recrutamento de dezenas, centenas de milhares de novos militantes saídos da classe operária, do campo, das universidades, das escolas e dos bairros, nos municípios interioranos e capitais. O fortalecimento do PCdoB para cumprir sua missão histórica de instrumento libertador, de organização revolucionária marxista-leninista, de destacamento internacionalista na defesa do socialismo e da revolução proletária passa necessariamente pela formação de milhares de organizações de bases nos locais de trabalho, estudo e moradia, pela elevação da consciência política e ideológica dos militantes, dirigentes do Partido e das massas.

* da direção nacional do PCdoB



Nova política de ligação com o povo

Dynéas Aguiar*

A Classe prossegue a série de artigos sobre a construção do partido e sua ligação com as massas. O autor alerta sobre a necessidade de elevar o nível de consciência do povo, para além das lutas em defesa de seus interesses imediatos.

No artigo anterior, ao abordarmos a relação direta do partido com as massas, apontamos algumas iniciativas que poderão ser tomadas pelos militantes e pelas organizações de base para colocarem em prática essa orientação.

Chamamos a atenção dos camaradas dirigentes dos órgãos intermediários em particular dos dirigentes das OB's, para compreenderem a necessidade de realizar estas mudanças na forma de relacionamento e ligação dos comunistas com as massas.

Não se trata de estabelecer mais uma tarefa para os militantes e para as organizações de base, mas sim de uma nova visão do trabalho de massas do partido.

Até agora tem prevalecido a concepção de que a única forma de ligação do partido com as massas é através da atuação nas entidades. Já afirmamos que é fundamental participarmos das organizações de massa no (próximo artigo trataremos da relação partido-entidade de massas), mas é preciso aprofundarmos um pouco mais a importância da relação direta do partido com as massas no local de atuação de cada organização partidária.

Ao priorizarmos a nossa relação com a massa, apenas através das entidades, na verdade estamos rebaixando a atividade do partido e limitando a sua perspectiva revolucionária. Está embutida nessa prática uma compreensão deformada do papel do partido, de que ele existe apenas para lutar pelos interesses imediatos da população, para participar das campanhas pela melhoria das condições de vida do proletariado, dos trabalhadores e do

povo em geral. Em última instância essa prática introduz uma concepção reformista sobre a ação do partido.

Libertação da consciência

Para a conquista da nova sociedade, a sociedade socialista, não basta lutar na defesa dos interesses imediatos dos trabalhadores. É fundamental libertar sua consciência das demais formas de dominação, principalmente a política e a ideológica, pois é através desse domínio que a burguesia e os setores reacionários e retrógrados exercem e garantem o seu poder.

Ora, a batalha política e ideológica é uma luta frontal entre as concepções burguesa e proletária. É um embate permanente em todas as frentes em que a burguesia não só emprega suas próprias forças, mas mobiliza igualmente os setores vacilantes e acomodados das massas, os elementos traidores e corrompidos, além de um conjunto de entidades e partidos reformistas.

Hoje, mais do que nunca, os comunistas estão enfrentando a gigantesca campanha política e ideológica contra o socialismo e o marxismo-leninismo desencadeada pela burguesia em escala nacional e internacional.

Como enfrentar essa batalha? Como responder com argumentos sólidos e convincentes às mentiras, engodos e difamações de toda ordem difundidos em larga escala nos órgãos de imprensa, no rádio e na TV? Como comprovar que é o capitalismo que está condenado pela história e pelos povos e não o socialismo que está morto?

É evidente que esse nível de enfrentamento, em que é colocado em causa o destino histórico do proletariado e de seu partido como construtores da sociedade socialista e comunista, exige respostas políticas, teóricas e ideológicas que só um verdadeiro partido marxista-leninista pode dar.

O partido ao longo de sua vida tem enfrentado a batalha político-ideológica com uma produção teórica profunda e argumentos sólidos. Frente à atual ofensiva da burguesia já foram produzidos artigos e materiais para orientar os nossos camaradas neste embate. A posição do partido, suas idéias e concepções não podem ficar nos limites internos de nossas organizações. Precisam ser discutidos amplamente com a massa, pois representam, hoje, uma das principais formas para avançarmos no caminho revolucionário.

Intensificar a presença

Para não cairmos na defensiva e não nos isolarmos das massas, precisamos aplicar corretamente as nossas orientações para a atividade na luta política em curso, visando a organização de uma ampla frente de oposição popular ao governo Collor. É preciso igualmente intensificar a nossa presença e atuação no movimento sindical, urbano e rural, nas entidades populares, no movimento estudantil etc. E, a par dessa atividade nas entidades, estabelecer de forma permanente, sólidos vínculos diretos do Partido com as amplas massas.

Será conjugando esse conjunto de tarefas que os vínculos diretos do partido com as massas se consolidarão. E, nesse processo, conseguiremos, sem dúvida alguma, atingir e até ultrapassar os objetivos propostos para cada organização partidária na atual campanha de filiação.

*da direção nacional do PCdoB

CONSCIÊNCIA SOCIALISTA

Mais teoria para defender a revolução

Rogério Lustosa*

Lênin observou que não é difícil ser revolucionário quando a revolução já rebentou e se inflamou. Mas que "é muitíssimo mais difícil — e muitíssimo mais valioso — saber ser revolucionário quando ainda não existem as condições para a luta direta, (...) saber defender os interesses da revolução (mediante a propaganda, a agitação e a organização) em instituições não revolucionárias e muitas vezes francamente reacionárias, numa situação não revolucionária, entre massas incapazes de compreender imediatamente a necessidade de um método revolucionário de ação".

Aprendizado difícil

Este alerta é extremamente atual diante das derrotas sofridas pelo movimento comunista e pela violentíssima campanha contrarrevolucionária, anticomunista, empreendida pela burguesia em plano mundial. Nesta hora é fácil surgir a tendência para o abatimento e para o idealismo, e para a substituição da análise científica pelas explicações superficiais — evitar o esforço teórico com a procura de um bode expiatório.

A instrução dos partidos proletários não se faz apenas com os êxitos. As derrotas, as dificuldades, os recuos, fazem parte obrigatória do aprendizado. Neste processo se aprende a relacionar corretamente os fatores objetivos com as condições subjetivas.

Objetivo e Subjetivo

A ciência marxista demonstra que as contradições internas do capitalismo forçam, necessariamente, a sua substituição pelo socialismo. Mas que esta transformação só se realiza pelo movimento das grandes massas trabalhadoras — quando elas se mobilizam, se organizam e lutam, sob a orientação de uma vanguarda revolucionária.

Existem situações concretas em que a ofensiva das classes dominantes consegue confundir e até arrastar enormes contingentes populares contra seus próprios interesses. Hitler, durante certo tempo foi capaz de ludibriar boa parte dos trabalhadores. E agora, apoiada nos fracassos dos regimes burocráticos instalados no Leste Europeu, a burguesia internacional conquista o espírito de multidões contra o socialismo. E conduz esta onda "reformista" por todo o mundo.

A tal ponto chegou a maré burguesa que esta classe apodrecida e inteiramente ultrapassada pela história chama os revolucionários de conservadores. Os responsáveis por duas guerras mundiais, pelo nazismo, por ditaduras militares sanguinárias em todo o mundo, por golpes de estado, torturas e assassinatos levanta, contra o socialismo, a bandeira da liberdade e dos direitos humanos. Nunca se viu, em tão grande escala, a mentira passar por verdade.

Explicar e Mudar

Diante deste quadro, multiplica-se a dificuldade de ser revolucionário. E, em consequência a necessidade de reforçar ideologicamente as fileiras comunistas. Não com simples apelos emocionais — embora também o incentivo moral cumpra papel importante — mas sobretudo com o aprofundamento dos conhecimentos teóricos.

Os combatentes precisam compreender os acontecimentos e o seu desenvolvimento, levar para as grandes massas explicações e argumentos que orientem suas lutas. As cegas não se pode enfrentar o poderio do imperialismo e suas armas no terreno da propaganda ou nas ações práticas pelo poder e pelas transformações sociais.

*Da direção nacional do PCdoB



O PCdoB tem experiência no uso de formas variadas para a ligação com as massas

Novo passo na luta contra o revisionismo moderno

Deco Graciano

Nos dias 16, 17 e 18 de fevereiro o Instituto Maurício Grabois realizou um seminário sobre os acontecimentos no Leste europeu e o revisionismo em geral. Na ocasião o presidente nacional do PCdoB, João Amazonas, fez uma palestra sobre "As transformações sociais na época da revolução e do imperialismo", cuja íntegra será publicada nas próximas semanas pelo Instituto. Abaixo, apresentamos alguns trechos do documento.

"Nunca, como na atualidade, se fez tão intensa campanha anticomunista", diz na introdução João Amazonas. Ressaltando que é menos primária que no passado, ele indica que seu conteúdo não mudou — "desviar as massas do caminho revolucionário, desacreditar o socialismo científico". Mas, na sua opinião, "o comunismo é, continua a ser o futuro da humanidade, não importam as vicissitudes que venha a passar".

História de traição

Amazonas descreve a onda capitalista que envolveu vários países outrora socialistas como "uma longa história de traição revolucionária", cujo ponto de partida deu-se na URSS, em 1956, no 20º Congresso do PCUS. Ali, segundo ele, deu-se "o passo inicial de afastamento do socialismo científico". Naquele Congresso, os revisionistas "romperam com os princípios do marxismo-leninismo e adotaram uma orientação revisionista que, em essência, nega a luta de classes, o partido revolucionário do proletariado, o caráter classista do Estado".

Em outro item, João Amazonas caracteriza a transição para o capitalismo que ocorreu na União Soviética. "O abandono do socialismo", diz, "a volta ao capitalismo se deu de maneira camuflada. Instituiu-se um sistema de transição do socialismo para o capitalismo. Conservaram as antigas formas, com novo conteúdo. O governo era constituído pelos Soviéticos. Predominava a propriedade estatal. A força dirigente, na aparência, continuava a ser o PCUS". Mas, na opinião do dirigente do PCdoB, "nada disso correspondia mais ao sistema socialista".

Quanto ao regime político, foi alterado na sua essência — "mostrou-se ditatorial e prepotente, não servia aos interesses do povo. Os governantes, da alta hierarquia, pretensamente comunista, estimulavam privilégios e enriquecimento fácil da camorra dirigente. A ideologia dominante deixou de ser o marxismo-leninismo. Ocuparam o seu lugar as idéias do revisionismo".

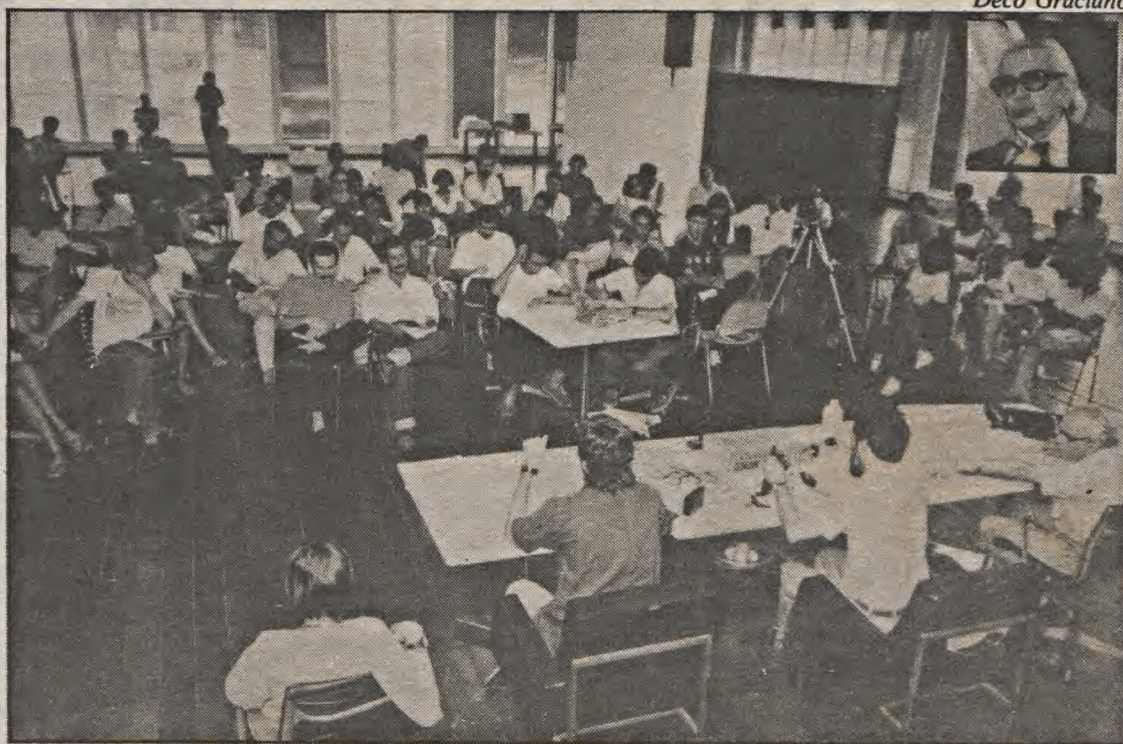
Amazonas assinala que a vaga revisionista alcançou também os países do Leste europeu, que "seguiram todos a linha soviética da transição para o capitalismo".

Na opinião do dirigente nacional do PCdoB, o afastamento do socialismo deu resultados catastróficos, sendo "falso e ridículo atribuir os males da sociedade soviética ao regime socialista da fase de Lênin e Stálin". "São frutos podres", diz, "da transição que vem de 1956/57."

Crítica à perestroika

Um dos pontos mais importantes do documento é a crítica à perestroika, que surgiu, na opinião de João Amazonas, "para contornar as dificuldades e coroar a transição". Amazonas registra que "o descontentamento na URSS começava a adquirir a feição de grande conflito social", o que levou Gorbachev a tratar de livrar-se do sistema ambíguo. Eis a síntese da perestroika: "Proclamando a necessidade de modernizar, os revisionistas instauraram um regime capitalista à moda ocidental. Implantaram as multinacionais, as joint-ventures, tomaram medidas para privatizar as empresas estatais. Estas, segundo os revisionistas, deverão ter seu peso específico reduzido a 30% dos atuais 85% para dar lugar às sociedades anônimas ou individuais. Mais de 50 mil propriedades familiares estabeleceram-se no campo, desagregando os colcosos. Seguindo métodos capitalistas, acabaram com a 'vadiagem' na produção 'endurecendo a disciplina no trabalho'. A lei do valor, que são as leis do mercado, passou a regulamentar a produção (no socialismo não é a lei do valor, mas a lei do desenvolvimento harmônico e proporcional que regula a produção). Na esfera econômica voltou a atuar o mercantilismo que Lênin condenava. Na superestrutura, a perestroika cria mecanismos tipicamente capitalistas. O Soviète Supremo, já deformado no período da transição para o capitalismo, transformou-se em parlamento burguês, com uma oposição burguesa. O partido comunista perde seu papel hegemônico. Permitem-se certas liberdades democráticas que, como nos países ocidentais, não admitem manifestações revolucionárias ou de caráter étnico-nacionais".

Após caracterizar a perestroika, Amazonas discorre sobre a transição no Leste europeu, onde "o abandono do caminho socialista tinha gerado profunda degenerescência na economia, na vida social, cul-



O IMG organizou um rico debate sobre o socialismo e o revisionismo. No destaque João Amazonas.

tural e política, isso agravado com a dependência em que esses países se encontravam em relação à União Soviética".

O presidente nacional do PCdoB é enfático ao dizer que "não foram as forças progressistas que comandaram a viragem na URSS e no Leste europeu, ainda que nos acontecimentos estivessem envolvidos trabalhadores e massas populares". Mas, para ele, trata-se de "contra-revolução fantasiada de liberal". Ele nota também que "as forças de vanguarda nesses países, esmagadas e perseguidas pelos revisionistas, não tiveram condições de organizar e dirigir a luta contra os governantes traidores do socialismo e opressores do povo. Ainda que os marxistas-leninistas de todo o mundo, entre os quais principalmente o Partido do Trabalho na Albânia (PTA), mas também o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), tivessem denunciado com vigor e profundidade o revisionismo contemporâneo, desde o nascedouro, não chegaram a influenciar as grandes massas populares".

Tragédia do socialismo

Nas partes conclusivas de seu documento, Amazonas aborda o fenômeno que considera ser "a tragédia do socialismo" e debruça-se sobre os erros cometidos na trajetória da construção da nova sociedade. "Os oportunistas escondiam-se disfarçados de socialistas. Por isso, as massas combateram inimigos mascarados. Mobilizaram-se valentemente não contra o verdadeiro alvo — o retrocesso capitalista — mas contra o comunismo inexistente. Puseram por terra quem merecia cair, somente que com envoltura falsa. São fatos de muita gravidade. E neles reside a tragédia do socialismo. Multidões condenaram equivocadamente o progresso social e abraçaram

erroneamente o sistema antiquado do capitalismo." Por isso, apresentam-se ao movimento revolucionário "tarefas de vulto que envolvem a teoria e a prática da revolução (...) a revelação de perspectivas novas à luta emancipacionista dos povos".

O veterano comunista levanta a necessidade de os marxistas-leninistas se esforçarem no aprofundamento das causas que acarretaram essa tragédia. "A experiência mostra não ser suficiente reconhecer defeitos gerais e atacar a traição revisionista (...). É preciso ir adiante." Para isso, Amazonas defende ser necessário "abarcado num exame crítico não somente o desvio revisionista, mas também o processo de construção do socialismo na URSS, principalmente". E indaga: "Tudo estava certo? Não existiam deficiências e erros parciais?"

Amazonas afirma que "não é possível explicar cientificamente o domínio do revisionismo e o retrocesso na URSS, alegando simplesmente a atividade traidora e maquiavélica de um Krushev, de um Brezhnev (...). O maquiavelismo, o embuste, a mentira repetida em vários tons, a dubiedade ideológica esclarecem de certa maneira como se efetuou a recuada. Mas isso não diz tudo. Algo de errado, em meio aos sucessos alcançados, devia existir. Esta a questão que nos deve preocupar porque jamais retornaremos ao caminho verdadeiro se não tirarmos conclusões justas e convincentes do que acontecia na URSS nos idos de 50 e mesmo antes. Mais adiante, ele considera: "É bem provável que um balanço responsável, amplo e aberto dessa construção — que não se chegou a fazer — com a livre crítica e a participação dos militantes e das massas, tivesse indicado falhas, deficiências e erros par-

ciais, bem como ajudado a elevar a consciência social na histórica tarefa que se realizava."

Questões a aprofundar

Amazonas finaliza sua apreciação levantando uma série de questionamentos: "À guisa de especulação — teria havido demasiada concentração de poderes nas mãos de algumas pessoas ou de certos órgãos dirigentes? Funcionava corretamente a relação partido-massas? Teria o partido sido, em certa medida, capataz de um imenso canteiro de obras e não o impulsor da organização, o apoiador decidido da iniciativa; do trabalho criador das massas? O conceito de que o partido dirige tudo não se teria exagerado e contraposto à liberdade de criação, de expressão e manifestação do pensamento? A democracia socialista realizava-se principalmente através da crítica e da autocritica muitas vezes formais? Que lugar ocupava a liberdade para os trabalhadores e o povo no regime soviético? Teria havido deformações antidemocráticas na constituição dos órgãos do poder que nascera de maneira espontânea e livre com o aparecimento dos soviets? O sistema indiscutivelmente centralizador na esfera da produção não teria impedido a necessária descentralização periférica? E o aumento da burocracia no aparelho do Estado e do partido não seria decorrência da falta de controle das massas afastadas das decisões coletivas? Ao indagar assuntos dessa natureza afloram também o papel e o funcionamento das organizações de massas, dos sindicatos, dos movimentos culturais, das associações femininas etc. — teriam eles perdido a autonomia e a iniciativa e se tornado apêndices do partido e da máquina estatal? E a vida espiritual do povo não se tornara acanhada, tudo dependente das decisões do partido?"

Retrocesso na Nicarágua

As eleições realizadas dia 25 de fevereiro na Nicarágua reservaram uma surpresa amarga para as forças progressistas. Contrariando todos os prognósticos dos institutos de pesquisas (de uma folgada vantagem para os sandinistas), a coligação conservadora UNO (União Nacional da Oposição) venceu o pleito. Sua candidata à Presidência, a proprietária do jornal direitista "La Prensa", Violeta Chamorro, obteve cerca de 55% dos votos, enquanto o candidato da Frente Sandinista à reeleição, Daniel Ortega, ficou com aproximadamente 41%.

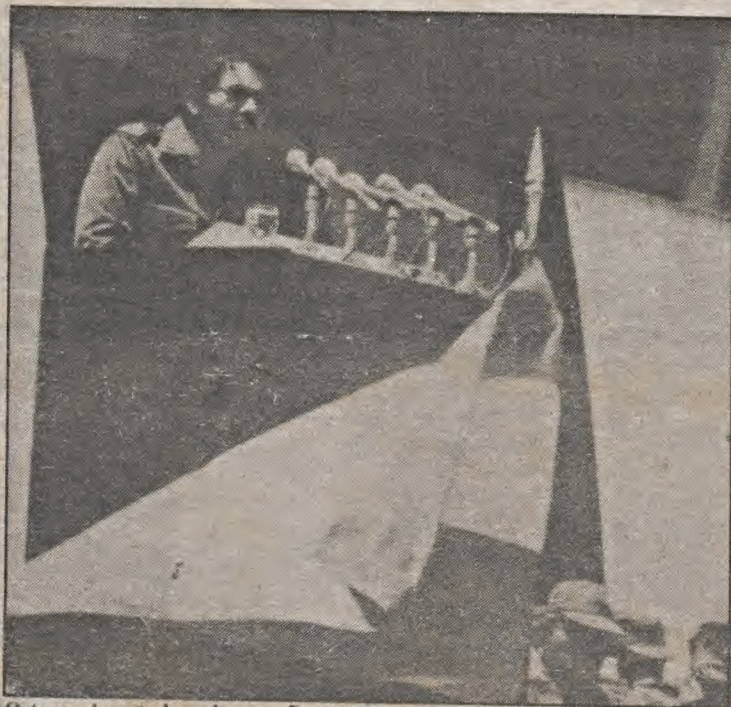
Chamorro contou com o apoio ostensivo do governo norte-americano, inclusive financeiro, e também do soviético. Os liderados de Gorbachev em Manágua, os revisionistas do "Partido Comunista da Nicarágua" e os membros do Partido Socialista (vinculado a Moscou), integraram a coligação conservadora contra os sandinistas.

Colapso econômico

Embora a derrota dos sandinistas não fosse esperada às vésperas das eleições, devido à previsão dos institutos de pesquisas (ainda na edição do dia 25 o "The Washington Post" antecipava a vitória de Ortega com base em uma pesquisa que lhe concedia 48% das intenções de voto contra apenas 32% para Violeta Chamorro), o resultado tem fortes explicações.

Os indicadores econômicos revelam um quadro de virtual colapso do país. A inflação em 1989 chegou a 1.680%, depois de ter atingido 33.000% no ano anterior (um recorde na América Latina). Os salários reais, em consequência, caíram praticamente à metade.

Conforme as estatísticas da Cepal, o PIB declinou 2,9% no ano passado, tendo acumulado um decréscimo de 9,6% ao longo dos últimos nove anos. A taxa de desemprego



Ortega: derrotado pela pressão dos imperialismos ianque e soviético

chegou a 6,9%, enquanto o subemprego alcança 30% da população economicamente ativa. A dívida externa, de 7,5 bilhões de dólares, impõe fortes restrições ao comércio com outros países, ao mesmo tempo em que a fonte de empréstimos externos (da Europa) foi fechada nos últimos dois anos.

Tal quadro de dificuldades foi e vem sendo apresentado pela propaganda burguesa como o atestado da incompetência do "modelo sandinista" de administração do país. Entretanto, sequer se pode falar na existência de tal modelo. Na verdade, o país enfrenta há 10 anos o constrangimento de uma economia de guerra, imposta pelo imperialismo ianque através do financiamento da contra-revolução baseada na mobilização de mercenários e ex-integrantes da Guarda Nacional de Somoza.

Chantagem

Os conflitos custaram aproximadamente 50 mil mortos desde 1981, além de um número bem superior de feridos. O

governo sandinista tem sido forçado a desviar cerca de 50% de toda a produção do país para a guerra, além de enfrentar a sabotagem diária dos "contra" sobre setores estratégicos da economia.

Violeta Chamorro não se apegou a escrúpulos e explorou cinicamente o cansaço e o sofrimento do povo decorrentes da guerra, declarando que só a derrota dos sandinistas viabilizaria a "conciliação" com o imperialismo ianque e, com isto, o fim dos conflitos por ele criado, colocando-se como porta-voz do governo Bush. Este, por sua vez, não escondeu a euforia diante da vitória conservadora e teve até uma queda de franqueza ao atribuir o feito à política de seu antecessor, Ronald Reagan, de financiar os "contras".

O resultado eleitoral é uma expressão da ofensiva norte-americana contra os povos da América Central em geral, e especialmente contra a Nicarágua. Nos últimos dois anos Bush reforçou o boicote eco-

nômico contra o governo sandinista, exigiu que seus aliados na Europa cortassem os empréstimos a Manágua e que Gorbachev suspendesse toda e qualquer ajuda de Moscou ao país enquanto o governo não fizesse grandes concessões à direita e realizasse inclusive "eleições livres e democráticas", permitindo que os Estados Unidos financiassem abertamente a oposição e o pleito fosse fiscalizado por observadores internacionais. Gorbachev concordou, suspendeu o fornecimento de armas ao Exército Sandinista e reforçou o boicote econômico, cancelando exportações de petróleo para a Nicarágua.

Também o governo sandinista acabou adotando uma ingênua linha de capitulação a essas pressões. Marcou eleições no prazo definido por Washington, deu plena liberdade de ação aos inimigos da revolução, inclusive permitin-

do que a campanha de Violeta Chamorro fosse custeada por dólares norte-americanos e permitiu que 3 mil observadores estrangeiros (a maioria dos Estados Unidos) fiscalizassem o pleito. Comportamento que evidencia o caráter infelizmente limitado (e pequeno-burguês) da Frente Sandinista. No final, entregaram pacificamente o país aos representantes do imperialismo ianque. Os Estados Unidos conseguiram através do voto o que ainda não haviam logrado com a utilização da força militar. O programa de Chamorro traduz a velhacaria do "neoliberalismo" em moda: revisão das conquistas revolucionárias, como confisco de propriedades e monopólios no campo e na cidade após a revolução de 1979, privatização das estatais criadas pelo governo sandinista, ao lado da internacionalização da economia. Este filme nós já assistimos.

Bush quer invadir o espaço radioeletrônico de Cuba

O ministro das Relações Exteriores de Cuba, Isidoro Malmierca, denunciou no último dia 17 de janeiro, perante o Conselho de Segurança da ONU, os planos dos Estados Unidos para invadir o espaço radioeletrônico cubano e ocupar compulsoriamente um ou dois canais de televisão do país. A iniciativa foi apontada como "tentativa de mutilar a soberania nacional" de Cuba, e Isidoro Malmierca advertiu que seu governo "não permitirá que ela seja adotada impunemente".

Situação inédita

Os propósitos intervencionistas dos EUA têm sido anunciados sem reservas pela Casa Branca. O presidente George Bush e alguns de seus assessores diretos repetiram diversas vezes, ao longo dos últimos meses, que instalarão brevemente, em território americano e com financiamento oficial, uma estação de televisão destinada a transmitir exclusivamente para Cuba, em idioma espanhol. Apoiados em sua "superioridade tecnológica e financeira", como ressaltou o ministro cubano, os Estados Unidos acabariam, se consumados seus planos, ensejando uma situação inédita nas relações internacionais, em que uma superpotência invade e emprega em benefício próprio parte do espaço televisivo de um Estado soberano.

Isidoro Malmierca ressaltou, em seu apelo às Nações Unidas, que os objetivos do governo americano ferem frontalmente a convenção da União Internacional de Telecomunicações, da qual são signatários tanto Cuba quanto os EUA. Mas lembrou que além disso a própria legislação americana consagra o princípio de não-intervenção, ao proibir que qualquer Estado estrangeiro interfira na programação televisiva consumida por seus cidadãos. A agressão é ainda mais odiosa, lembra o ministro cubano, porque o governo americano tem se esforçado por sabotar os serviços de televisão de Cuba, impedindo que o país adquira junto a empresas dos EUA ou de seus aliados equipamento técnico imprescindível para transmissões.

Legitimidade do agredido

No documento que enviou à ONU o ministro Malmierca destaca que a iniciativa americana nada tem a ver com os propósitos legítimos do livre intercâmbio cultural. Lembra, a este respeito, que a televisão cubana transmite regularmente programação produzida em mais de 26 países, entre os quais o próprio Estados Unidos. Garante também que Cuba está disposta a negociar com o governo americano "a reciprocidade de transmissões de um país a outro e a promover o intercâmbio de programas de rádio e televisão, sob bases do respeito mútuo".

Malmierca alerta, contudo, que uma eventual agressão obrigaria o governo de Havana a reagir "com todos os meios a seu alcance", e que "atuaria neste caso com a legitimidade que assiste ao agredido". Por isto, pede ao Conselho de Segurança que interceda para "que se cumpram as disposições da Carta das Nações Unidas" que regem o assunto, e responsabiliza "o governo dos Estados Unidos pelas consequências que possam derivar da continuação de sua política aventureira, irresponsável e agressiva".

"Avanzar!", por um partido proletário na Argentina

No momento em que a Argentina é sacudida por uma crise de dimensões assustadoras e seu povo vê-se forçado a recorrer aos saques para matar a fome, ocorre também uma promissora novidade política: acaba de ser formada naquele país a organização "Avanzar!", cujo objetivo é a construção de um partido marxista-leninista, e que já publica, periodicamente, o boletim "Avanzar! (hacia la construcción del Partido M-L)".

Os dirigentes da "Avanzar!" asseguram que o programa apresentado pelo governo Menem como solução para a grave crise argentina e "estabilização da economia"

não é senão a expressão dos interesses do imperialismo e das classes dominantes argentinas, voltado sobretudo para o colossal esforço dedicado ao pagamento da dívida externa.

Em função disto, as propostas de Menem implicam uma desvalorização acentuada da moeda local em relação ao dólar, para viabilizar o crescimento das exportações e, através delas, o pagamento dos juros da dívida; arrocho salarial; desemprego em massa e fortalecimento do aparelho repressivo para fazer frente ao descontentamento de massas.

Em vez de atenuar a crise, tais medidas só poderão resultar no seu agravamento, con-

forme avalia o boletim "Avanzar!...". A Argentina atravessa "uma das crises mais profundas de sua história, similar em gravidade à de 1980", com a diferença de que "a atual recai sobre um sistema putrefato, sem perspectivas e sem solução". Para enfrentá-la com eficiência é necessário adotar medidas corajosas de cunho democrático, nacional e popular, destacadamente a suspensão da dívida externa. "Avanzar!" faz um apelo à unidade das forças populares do país para viabilizar um projeto alternativo com a finalidade de superar a crise e recolocar a Argentina no caminho do progresso.

Os dilemas da reunificação alemã

Olival Freire Jr.

Dezoito de março é uma data que poderá funcionar como um poderoso catalizador da reunificação da Alemanha. Na ocasião ocorrerão eleições legislativas na Alemanha Oriental, com a liderança política sendo disputada pelos revisionistas, pelos social-democratas e pelos democratas-cristãos. Os revisionistas do Partido Socialista Unificado, agora escondidos sob o novo nome de Partido Democrático Socialista (em alemão SED-PSD), defendem a protelação da reunificação para um futuro remoto onde "a história dirá se chegaremos a uma confederação". Os social-democratas (SPD) e os democratas-cristãos (CDU) defendem a imediata reunificação.

A presença de líderes políticos da Alemanha Ocidental na campanha eleitoral, defendendo também uma imediata reunificação, é pública e ostensiva. Helmut Kohl, primeiro ministro alemão ocidental (CDU) e principal articulador da rápida reunificação já participou de comícios dos democratas-cristãos no lado oriental de Berlim. E Willy Brant foi escolhido presidente honorário dos social-democratas orientais. Se as previsões de uma expressiva vitória da social democracia, seguida da democracia-cristã, se confirmarem, a reunificação adquirirá uma velocidade que escapará à previsão de todos os observadores políticos.

Pode-se discutir prazos mas a reunificação alemã é hoje um processo irreversível. Cabe examinar as circunstâncias políticas e econômicas que levaram a esta rápida reunificação, o seu impacto nas relações internacionais e a posição das potências imperialistas ante tal novidade.

Os países capitalistas forçaram a divisão da Alemanha no pós-guerra

A divisão alemã tem sua origem na derrota do regime nazista, ante as forças aliadas, nomeadamente URSS, EUA e Inglaterra. O Exército Vermelho soviético, a força principal na derrota do nazifascismo, foi o primeiro a chegar a Berlim em 2 de maio de 1945. As forças vitoriosas mantiveram na Alemanha tropas de ocupação (da URSS, EUA, Inglaterra e França) para executar o acordo de Potsdam pelo qual o povo alemão deveria decidir o futuro político de uma Alemanha neutra, democrática e desmilitarizada. Os países capitalistas, na linha da guerra fria, precipitaram o processo unificando suas forças e cancelando a criação da República Federal Alemã (RFA). Como resposta os soviéticos estimularam a criação em 1949 da República Democrática Alemã

(RDA). Em 1961 Krushev ordena a construção do muro de Berlim.

Esta Alemanha dividida só poderia perdurar num quadro de uma competição entre sistemas sociais distintos ou num quadro de relações internacionais polarizadas entre EUA e URSS. Aqui cabe registrar que do lado ocidental o crescimento econômico não foi retomado exclusivamente com base nas forças internas: os EUA investiram mais de 20 bilhões de dólares no Plano Marshall com o objetivo de recuperar a Europa capitalista para fazer frente ao campo socialista surgido da II Guerra. Além disso a Alemanha Ocidental, abrindo as zonas de ocupação americana, francesa e inglesa, ficou com as regiões mais ricas e industrializadas e com a maior parte do território (69,5%).

Já a Alemanha Oriental, mesmo enfrentando grandes vicissitudes, obteve expressivos índices de desenvolvimento econômico e social a partir de 1950. Mas o desenvolvimento socialista da Alemanha Oriental foi truncado pelas alterações políticas e econômicas de sentido pró-capitalistas introduzidas no campo socialista a partir do XX Congresso do PC da União Soviética, em 1956. A Alemanha Oriental enfrentou o agravante de que o regime ali implantado não foi fruto de um movimento de massas de cunho antinazista, mas da ação do exército soviético. Os comunistas alemães, apesar da sua brava e heróica resistência ao nazismo, foram dizimados por este último. Os quadros do Partido Comunista da Alemanha (KPD), que tinha obtido 13% dos votos nas eleições de 1932, foram liquidados pelo nazismo, inclusive o dirigente Thaelmann. O partido que assume o poder em 1949, o Partido Socialista Unificado (fundado em 1946), não representava uma continuidade concreta do velho KPD, não tinha o prestígio nem a experiência de um partido vitorioso na luta antifascista, e acomodou-se rapidamente à orientação antisocialista que emanava de Moscou a partir da década de 60. Agrava este quadro as fortes restrições ao exercício das liberdades mesmo no início da construção da República Democrática Alemã.

Mas foi a rebelião de massas na Alemanha Oriental, simbolizada na derrubada do Muro de Berlim, que colocou na ordem do dia a reunificação. As mudanças na Alemanha tiveram como estopim uma manobra política do dirigente soviético Mikhail Gorbachev, que procurou substituir Honecker, então dirigente dos revisionistas alemães, por uma liderança mais afinada com a "perestroika" soviética, no caso Egon Krenz. Esta manobra foi acompanhada por manifesta-

ções de centenas de milhares de alemães exigindo democracia. O regime político dos revisionistas ruiu como um castelo de cartas. A existência de uma Alemanha Ocidental mais desenvolvida economicamente e o forte sentimento nacionalista alemão colocou então na ordem do dia a reunificação.

O sentido político imediato desta reunificação não é entretanto promissor para a luta revolucionária da classe operária e para as forças progressistas. A reunificação se dará sob a liderança de uma corrente de direita, representantes dos monopólios, a democracia-cristã alemã, liderada por H.Kohl. Tem como força secundária uma social-democracia de natureza imperialista, que dirigiu a República de Weimar, após a I Guerra, comandou o assassinato dos líderes comunistas Rosa de Luxemburgo e Karl Liebknecht em janeiro de 1919 e depois da Segunda Guerra dirigiu por vários anos o Estado imperialista da Alemanha Ocidental. Também do lado oriental, hoje são estas as forças mais prestigiadas. E com o agravante trágico de que as massas populares da Alemanha Oriental identificam como comunistas o governo e o partido revisionistas por elas repudiados. E tudo isto na ausência de uma força efetivamente revolucionária com respaldo de massas.

O novo país agilizará mudanças num quadro que já está em mutação

Uma Alemanha unificada agilizará mudanças num quadro internacional já em mutação. Para melhor entendermos esta situação em curso tomemos o quadro resultante da Segunda Guerra Mundial. O sistema capitalista era liderado, hegemonizado para sermos precisos, por uma potência em franca expansão, os Estados Unidos da América. Esta liderança não era ofuscada por nenhuma outra potência. Japão, Alemanha, Itália e França, haviam sido dizimados pela Guerra. A Inglaterra, embora menos abalada, vinha já em declínio antes da deflagração do conflito. E tínhamos um campo socialista nascente englobando Alemanha Oriental, Iugoslávia, Tchecoslováquia, Polônia, Albânia, Bulgária, Romênia, Hungria, Coreia do Norte e China, sob a liderança da União Soviética. Duas alianças militares expressavam esta disposição de forças, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) criada em 1949 e o Pacto de Varsóvia criado em 1955. Já a hegemonia econômica norte-americana foi consagrada no Acordo de Bretton Woods, onde foi criado o FMI e a moeda americana, o dólar foi adotado como padrão de conversibilidade de todas as outras moedas.



O guindaste retira pedaços do muro que simbolizava a divisão

A Guerra Fria desencadeada pelos EUA, que teve no Brasil o significado da Doutrina de Segurança Nacional e a cassação do registro do Partido Comunista do Brasil, em 1947, marcou o ambiente das relações internacionais. A corrida armamentista e a ameaça de uma catástrofe nuclear surgem como consequência lógica deste quadro.

As condições econômicas e políticas que permitiram este quadro do pós-guerra não mais existem. Mas uma nova situação ainda não foi cristalizada. Sobrevivem instituições que perderam sua razão de ser, mas nada está amadurecido para substituí-las.

Os EUA, de potência em expansão, transformaram-se numa economia em vias de estagnação. Não existe mais o campo socialista, e uma União Soviética em rápida integração no mercado capitalista enfrenta sérias dificuldades econômicas. Uma parte da sua área de influência direta, países do Leste europeu inclinaram-se para uma integração em outras zonas de influência. Já a Europa surge hoje como força econômica poderosa. Planeja integrar sua economia com o projeto Europa 92.

Nesta Europa unida destacam-se Alemanha, França, Itália, entre outros, mas a principal liderança econômica cabe, sem sombra de dúvida, à Alemanha Ocidental. Do outro lado temos uma economia japonesa em plena expansão e disputando mercados em qualquer parte do mundo. Em lugar da Guerra Fria temos hoje a cooperação e o entendimento entre Bush e Gorbachev para promoverem intervenções em suas respectivas áreas de influência. Exemplo recente desta cooperação foi a invasão do Panamá pelos EUA com um vazio protesto formal da

URSS, com o agravante de que é sabido que a invasão do Panamá visava dificultar a vida de Cuba e Nicarágua pois o Panamá de Noriega tinha se transformado num entreposto comercial para estes países. Em retribuição Bush elogiou a intervenção soviética no Azerbaijão.

Neste quadro uma Alemanha unificada reforçará uma tendência à multipolarização. A força de uma Alemanha unificada é tal que todas as potências capitalistas fazem restrições, veladas ou públicas, a este projeto. A União Soviética tem abertamente se oposto a tal unificação sob o pretexto de que isto desequilibraria a segurança europeia. Já os EUA condicionam a reunificação à permanência da Alemanha na OTAN. A França que era um dos países líderes do projeto Europa 92 agora reflete melhor sobre a força que uma Alemanha unificada terá numa Europa integrada. E embora Alemanha e Japão não possam armar-se por conta dos tratados da II Guerra, a palavra guerra já reapareceu no cenário europeu quando o Solidariedade de Lech Walesa declarou que só através da guerra a Alemanha teria de volta os territórios incorporados à Polônia no desfecho da Segunda Guerra.

Instituições como OTAN, Pacto de Varsóvia, Comecon, e outras, perderam sua razão econômica e política. Mas não existe ainda um quadro internacional suficientemente estabelecido que leve à supressão ou à modificação destas instituições. Um quadro em mutação, provavelmente para uma multipolarização entre EUA, Japão, Alemanha e URSS, é o desenho das atuais relações internacionais.

* Presidente do PCdoB em S. Paulo

PCdoB repudia campanha de calúnias contra a Albânia

A direção nacional do PCdoB enviou ao Comitê Central do PTA uma mensagem assinada pelo seu presidente nacional, João Amazonas, em que repudia a sórdida campanha de calúnias e difamações movida pelos círculos imperialistas contra a Albânia. A íntegra da nota é a seguinte:

“Ao Comitê Central do Partido do Trabalho da Albânia

“Camarada Ramiz Alia

“Nas últimas semanas, a Albânia Socialista foi alvo de sórdida campanha de calúnias e difamações movida pelos círculos

culos imperialistas e revisionistas através dos meios de comunicação.

“Esses novos episódios da permanente campanha antialbanesa e anti-socialista da reação mundial fazem parte da multilateral pressão burguesa e revisionista que sonha fazer da Albânia mais uma pedra caída no domínio do Leste europeu. Mas se enganam. A Albânia nada tem de comum com os regimes revisionistas derrubados no Leste.

“Não é de hoje que o imperialismo, os revisionistas e a reação mundial nutrem essa ilusão. A história de mais de 45 anos de edificação socialista na Albânia confunde-se com a epopeia da resistência a inimigos de vários matizes que desde o momento da procla-

mação do poder popular em Tirana investiram contra a liberdade, a independência e a soberania desse valoroso país.

A história fala mais alto. Primeiro os imperialistas anglo-americanos, ainda nos anos 40, atacaram a Albânia e tentaram a todo custo, através de suas agências no país — as organizações “Balli Kombetar” e “Legaliteti” —, empalmar o poder. Depois foram os iugoslavos que não só procuraram sabotar a construção do socialismo, como enviar para a Albânia, em conluio com a reação ocidental, bandos de agentes criminosos e subversivos para desestabilizar o novo regime. Nos anos 60, os revisionistas soviéticos fizeram de tudo para transformar a Albânia em seu satélite. E, nos anos

70, ocorreram novas tentativas de manipular a independência do “país das águas”.

Todas essas investidas foram fragorosamente derrotadas porque encontraram diante de si um povo aguerrido e unido, imbuído de espírito patriótico e revolucionário, orientado e dirigido por um partido marxista-leninista.

Hoje, a Albânia, em que pese as dificuldades da turbulenta situação internacional e os efeitos do cerco imperialista-revisionista, segue em frente na construção de uma nova vida, de uma sociedade avançada, livre e independente. Combinando firmeza e habilidade, apego aos princípios e espírito inovador, o Partido do Trabalho da Albânia, tendo à frente o camarada Ramiz Alia, tem

sabido orientar-se com justeza e colher vitórias em cada batalha concreta, aplicando criativamente o marxismo-leninismo e o legado do saudoso camarada Enver Hoxha.

“Os comunistas brasileiros, que vêm com admiração o caminho percorrido pelo PTA e o povo albanês, juntam-se a eles nesta hora em que se intensificam as ameaças ao socialismo, à independência e à soberania nacional. E manifestam sua ativa solidariedade internacionalista, certos de que a Albânia socialista permanecerá uma fortaleza inexpugnável em defesa dos ideais da emancipação nacional e social.

João Amazonas, pelo Comitê Central do Partido Comunista do Brasil.”

Mandela faz política, mas sem depor as armas

O mais famoso preso político do mundo, Nelson Mandela, foi colocado em liberdade no dia 12 de fevereiro, após 27 anos de cativeiro. Dirigente do Congresso Nacional Africano — CNA, a maior organização guerrilheira da África do Sul em luta contra o *apartheid* — Mandela não fez por menos: “Os fatores que nos obrigaram a optar pela luta armada ainda existem hoje. Não nos resta opção senão continuar nesse caminho”.

Mas não foi essa a interpretação que o próprio governo sul-africano, de Frederik de Klerk, e as potências imperia-

listas pretenderam dar ao episódio. De Klerk quis apresentar a libertação de Mandela como o fim do racismo no país. E Margaret Thatcher apressou-se em suspender o embargo político, cultural e econômico ao país, festejando o que chamou de “fim do *apartheid*”.

Livre, Mandela multiplicou sua atividade política contra os racistas. No final de fevereiro realizou uma reunião do CNA no Zâmbia, país vizinho, e anunciou que os guerrilheiros não poderão depor armas enquanto os próprios racistas não fizerem o mesmo. Exigiu

anistia ampla e irrestrita para todos os presos políticos do país e para os exilados, além de liberdades democráticas reais, com o fim do regime do *apartheid* e a convocação de eleições com participação irrestrita de brancos e negros como candidatos e eleitores.

Demonstrando tranquilidade e lucidez, Mandela ainda encontrou-se com o líder da Organização pela Libertação da Palestina, Yasser Arafat, e comparou a opressão racista do *apartheid* com a política segregacionista de Israel contra os palestinos.

Os brancos são apenas 14%

da população sul-africana, mas detêm 87% do território — o mais rico em ouro e diamantes do mundo. Os negros só podem morar nos bairros afastados dos brancos. O país continua sob estado de emergência e é mantida em vigor a Lei de Registro de Nascimento, que nega aos negros o direito ao voto. De Klerk, o

atual chefe do governo, busca fazer reformas e tomar medidas liberalizantes — como a que levou à libertação de Mandela. Mas nem de longe pensa em abolir o sistema social que mantém os negros como assalariados de quinta categoria frente ao patronato, essencialmente branco, do país. (Carlos Pompe)

Arquivo



Preso por dirigir a luta contra o *apartheid*, Mandela não se dobrou ante os algozes

O Leste europeu em questão

Os acontecimentos no Leste europeu continuam despertando grande interesse e reunindo centenas de pessoas em debates e seminários. No dia 15 de fevereiro, o professor da UFRJ, Luís Fernandes, que também é membro da direção nacional do PCdoB, fez palestra sobre o tema para mais de 300 pessoas na Universidade de Brasília (UnB), numa promoção conjunta do Centro de Estudos Honório Guimarães e do Núcleo de Estudos da Europa do Leste da UnB. No mesmo dia, à noite, na residência do líder da bancada do PCdoB no Congresso Nacional, deputado Haroldo Lima, Luís Fernandes expôs a opinião do PCdoB para 40 intelectuais.

No dia 16, em Manaus, o editor de *A Classe Operária*, José Reinaldo Carvalho, fez palestra sobre o tema na Universidade do Amazonas, para uma audiência de mais de 200 pessoas, entre as quais estavam presentes vários líderes sindicais e representantes de entidades populares.

Segundo Eron Bezerra, presidente do PCdoB no Amazonas, “Reinaldo demonstrou de forma didática e com dados irrefutáveis que o socialismo continua sendo a grande aspiração da classe operária, embora haja confusão no seio das massas devido ao diversionismo provocado pela burguesia e pelos revisionistas”.

Arminda Mourão, coordenadora estadual da Corrente Sindical Classista, acha que o assunto deve ser abordado “com mais profundidade pelos meios de comunicação de massa”. Para ela, “seria interessante a realização de outros debates como este para maior esclarecimento da população”.

Os vereadores que representam o PCdoB na Câmara Municipal de Manaus, João Pedro e Vanessa, estiveram presentes no debate e opinaram que o editor da *Classe* “deu uma visão ampla sobre o tema, o que não é feito pela grande imprensa”. Ambos também argumentaram que “é preciso multiplicar debates co-

mo este para revigorar a disposição de luta daqueles que defendem o socialismo”.

Ronald Freitas, membro do secretariado do Comitê Central do PCdoB, também fez nas últimas semanas vários debates sobre o tema. Ele percorreu capitais do Nordeste como Salvador, Aracaju, Maceió, João Pessoa, Recife, São Luiz e Fortaleza, falando em auditórios públicos sempre lotados com platéias de 200 a 300 pessoas, onde se destacava a participação de populares, personalidades democráticas e políticos progressistas, especialmente do PDT e PSB. O prefeito de São Luiz, Jakson Lago, compareceu à palestra do dirigente comunista, enquanto em João Pessoa, na sede da OAB, o debate contou com a exposição de uma professora universitária sobre o tema. Ronald Freitas discutiu não só sobre os países revisionistas do Leste europeu, mas também sobre a Albânia, onde esteve recentemente, atestando que lá “o socialismo avança”. (das sucursais)

Oposição popular e nova universidade

Clóves Geraldo*

Tendência estudantil
Viração realiza IX Semi-
nário Nacional, e discute
longamente a situação
política, a luta por uma
nova universidade e a cri-
se do Leste Europeu.

A unidade das forças progressistas e de esquerda para criar um grande movimento de oposição ao governo Collor foi um dos itens aprovados pelos 200 participantes do IX Seminário Nacional de Viração, realizado de 15 a 17 de fevereiro no restaurante da Universidade Federal do Espírito Santo. Durante três dias os universitários fizeram um balanço do movimento estudantil e debateram o momento político nacional e os últimos acontecimentos do Leste Europeu.

Na sexta-feira, dia 16, primeiro dia dos debates, a deputada federal do PCdoB-BA, Lídice da Matta traçou um painel das eleições presidenciais e afirmou que uma das metas de seu partido é ampliar as forças da Frente Brasil Popular para se eleger uma numerosa bancada parlamentar em níveis federal e estadual. Segundo ela, esta ampla coligação deverá estar sustentada pelo movimento popular, que representa a unidade do povo.

Na opinião de Lídice da Matta, é preciso definir o tipo de oposição a ser feita ao governo Collor, pois o presidente eleito está formando a unidade das elites. Para a deputada, é preciso fazer uma oposição conseqüente, liderada pelas forças de esquerda que saíram fortalecidas nas últimas eleições.

Batalhar por uma universidade para as massas populares

Ainda no dia 16, à tarde, os professores Horácio Macedo, ex-reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e Geraldo Guedes, da Universidade Federal de Minas Gerais, falaram sobre a Autonomia, democracia, financiamento, ensino, pesquisa e extensão. Horácio Macedo, que marcou sua passagem pela UFRJ por uma postura francamente progressista, propôs que os progressistas conquistem mais espaços na universidade para abri-la às massas populares. A universidade deve se integrar ao sistema produtivo privado ou estatal, mas o primeiro exerce o controle das verbas e dos projetos e isso se torna prejudicial, portanto deve ser evitado. Caso contrário, ocorre e privatização da universidade pública.



Plenária do IX Seminário: oposição radical a Collor

Fazer o ensino superior interagir com rede pública de 1º e 2º graus

De acordo com Geraldo Guedes, o ensino pago é uma falácia. Na pesquisa, não investe em infraestrutura física e equipamentos e, direta e indiretamente, recebe verbas públicas. Mas é Horácio Macedo que polemiza ao dizer que exigir "o vestibular discursivo é uma questão secundária". O essencial, para ele, é "democratizar o acesso à universidade, interagindo com a rede pública de 1º e 2º graus.

Os dois professores colocaram como tarefas principais para este ano a luta política pela autonomia da universidade, aproveitando as eleições para o Congresso Nacional como forma de tirá-la da ação do Executivo.

No último dia dos debates sobre questões específicas da universidade e do movimento estudantil universitário (veja resoluções no quadro), o professor da UFRJ Luís Fernandes, discorreu durante quatro horas sobre os problemas do Leste Europeu. Afirmou que a imprensa vem se aproveitando da derrocada dos países do bloco soviético para identificá-los com o que ela mesmo chama de "stalinismo" e concluindo que o marxismo e o comunismo morreram. Na opinião de Luís Fernandes, o que ocorreu foi a queda do revisionismo.

Os líderes desses países - Polônia, Tchecoslováquia, Bulgária, Hungria — que caíram agora, foram os mesmos que

Kruschev colocou no poder. Então, não há como identificá-los com o marxismo-leninismo nem com Stálin, pois eles assumiram o poder depois do XX Congresso do PCUS, realizado em 1956.

Luís Fernandes criticou também a posição do PCB, que diz que o que está ocorrendo no Leste é a renovação do socialismo. Para Luís Fernandes, os novos dirigentes dos países do Leste Europeu são abertamente anti-socialistas. É o caso do premiê da Polónia, ligado ao Vaticano. A renovação do socialismo, então, vem de onde?, indaga Luís Fernandes.

Leste europeu reflete anti-comunismo, e não socialismo renovado

E prosseguiu dizendo que a URSS e os países do Leste europeu marcham aceleradamente para o capitalismo, e citando nove medidas que indicam isto: 1 — adoção da economia de mercado; 2 — privatização da economia; 3 — extinção da reserva de mercado; 4 — corte de subsídios para bens de consumo de para a operação das empresas; 5 — desemprego; 6 — política de equilíbrio de orçamento (só gastar de acordo com o que arrecada); 7 — redução dos gastos com bens e serviços sociais; 8 — internacionalização da economia; 9 — endividamento externo junto aos bancos ocidentais.

Finalmente o IX Seminário Nacional da Viração decidiu reforçar o Centro de Estudos Honestino Guimarães, "um pólo aglutinador do pensamento progressista, envolvendo todas as áreas do conhecimento". Este centro, criado há mais de dois anos é composto por estudantes, professores e cientistas e edita a revista "Ciência e Movimento".

(C.G.)

* Correspondente da Classe em Vitória

As resoluções aprovadas

Na plenária final o IX Seminário da Viração aprovou uma série de resoluções a fim de dinamizar a atuação das forças progressistas no movimento estudantil. Quanto à reconstrução da UNE os viracionistas propõem a retomada da discussão sobre a universidade realizando o V Seminário Nacional sobre a reforma universitária. A corrente Viração indicou a necessidade de reestruturar material e organizadamente a UNE, com destaque para a construção da sede e a adaptação do funcionamento da entidade à realidade atual. Nesse particular, surge a proposta de alterar a periodicidade dos congressos de um para dois anos.

O IX Seminário Nacional de Viração tirou ainda uma resolução específica sobre questões nacionais e internacionais, apontando a necessidade de "manter e ampliar a unidade das forças progressistas e de esquerda, criar um movimento democrático de oposição ao governo Collor e defender a bandeira do socialismo científico".

Os viracionistas reunidos em Vitória adotaram resoluções também sobre a universidade. Propõem a apresentação de uma pauta de reivindicações ao novo governo, afirmando as me-

das necessárias e urgentes a serem tomadas a fim de conquistar uma "universidade pública, gratuita, democrática, integrada no esforço de resolver os graves problemas que afligem o povo brasileiro".

O IX Seminário da Viração pretende ainda lutar para diversificar as formas de luta do movimento estudantil, como meio para recuperar a representatividade das entidades estudantis. Nesse particular propõe que os ativistas do movimento estudantil sejam mais criativos e deem mais importância aos problemas ecológicos, culturais e específicos da juventude contemporânea. Segundo os estudantes da corrente Viração os encontros de área são locais privilegiados para desencadear discussões e encaminhar lutas.

Finalmente o IX Seminário Nacional da Viração decidiu reforçar o Centro de Estudos Honestino Guimarães, "um pólo aglutinador do pensamento progressista, envolvendo todas as áreas do conhecimento". Este centro, criado há mais de dois anos é composto por estudantes, professores e cientistas e edita a revista "Ciência e Movimento".

Afastar as ilusões

Jô Moraes*

"Mulher, abre o olho", é a abertura da carta aprovada pela plenária da União Brasileira de Mulheres (UBM) realizada em Belo Horizonte, no dia 17 de fevereiro último, com a presença de representantes de entidades de 10 estados, da secretaria da Mulher do governo de Goiás, Ângela Gallina, das parlamentares Lídice da Mata e Jussara Cony, da presidente do Sindicato das Empregadas Domésticas do Rio de Janeiro,

Nair Jane, da editora da revista Presença da Mulher, Ana Rocha e de militantes feministas e movimentos não filiados à UBM. A plenária foi convocada para debater a atuação da UBM frente ao governo Collor de Mello.

Alerta contra manobras

A discussão desenvolvida teve como ponto de partida a fala da deputada federal Lídice da Mata, do PCdoB, que apresentou uma avaliação da trajetória de Collor em sua relação

com a luta da mulher. Lídice lembrou o descaso com que Collor tratou o Conselho Estadual da Mulher de Alagoas, quando governador; sua ausência no único debate específico sobre a mulher durante a campanha presidencial, coordenado pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; e a forma com que Collor manipulou o atraso de uma mulher e o drama de uma adolescente no conhecido caso Myriam, ao final da campanha eleitoral. Depois de abordar o perfil político do presidente que, ao lado da defesa real de uma política que favorece as elites vem desenvolvendo um discurso populista e demagógico, a deputada baiana afirmou estar convencida que "a farsa do governo Collor não conseguirá iludir a mulher brasileira, que ao longo das duas últimas dé-

cadadas tem se colocado ao lado dos trabalhadores e do povo brasileiro na luta por melhores condições de vida e contra a exploração".

O intenso debate sobre o tema, que extrapolou o tempo previsto, teve como centro a preocupação de como enfrentar certa expectativa positiva de setores da população feminina diante do novo governo. Na avaliação das presentes essa expectativa "vem mais do desespero diante da difícil situação do que da credibilidade que Collor possa ter conquistado". Diante deste quadro destacou-se o papel a ser desempenhado pela UBM no sentido de alertar as mulheres sobre as manobras do novo governo, que tenta confundir por algum tempo a população, para assegurar vitória nas eleições que se aproximam.

Importante deliberação foi também a relativa à discussão que ocorre em certas áreas do movimento feminista, especialmente no Rio de Janeiro, sobre a articulação para indicar nomes para compor o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, no governo Collor. A plenária decidiu que "as entidades filiadas à UBM não participarão de entendimentos com o novo governo que visem sua integração na estrutura de poder, mas exigirão, em mobilização, a existência de um órgão voltado para a defesa dos direitos da mulher, com autonomia, representatividade e prática democrática, entre as diversas outras reivindicações constantes do programa que a UBM defendeu na campanha presidencial.

Mortalidade materna

Preocupadas com a questão central da atividade das entidades emancipacionistas, as participantes da plenária definiram um plano de mobilização das mulheres em defesa de seus direitos. No dia 8 de março, em que se comemorará 80 anos do dia Internacional da Mulher, deverá haver manifestações e passeatas sob a bandeira de "igualdade na lei e igualdade na vida", com atos unitários e atividades nas portas de fábricas em defesa da emancipação social. No dia 1º de maio ficou definida uma manifestação junto às DRTs exigindo punição às denúncias apuradas das discriminações contra as trabalhadoras. E no dia 28 de maio, dia mundial de luta contra a mortalidade materna, as mobilizações, com caráter massivo, se darão em torno das reivindicações relativas à saúde da mulher.

Um Encontro Nacional previsto para o meio do ano definirá a plataforma da UBM para as eleições deste ano, num esforço de ampliar e consolidar o espaço político para a mulher. A UBM também integrará as atividades da oposição popular contra o governo Collor.

* Presidente da União Brasileira de Mulheres — UBM.

Conam propõe plenária popular contra miséria

A Confederação Nacional das Associações de Moradores — Conam — está propondo ao conjunto das entidades populares do país a organização de um "movimento unificado contra a carestia, o desemprego, os baixos salários, a fome e a miséria". Os contatos e articulações para viabilizar tal objetivo foram desencadeados no início de fevereiro e a entidade está convocando para o próximo dia 5 de março, no Rio de Janeiro, uma primeira reunião com representantes de associações sindicais e populares, para dar início à efetivação do movimento.

A idéia de propor a luta comum contra a miséria surgiu nos dias 27 e 28 de janeiro, quando a Conam realizou reunião conjunta de sua diretoria executiva e conselho de representantes. Após um longo exame da conjuntura política, econômica e social, a entidade concluiu que houve, ao longo do governo Sarney, um agravamento da dependência do país, e uma piora ainda mais acentuada das condições de vida do povo.

O documento oficial distribuído pela Conam após a reunião lembra, por exemplo, que a dívida externa atingiu 112,1 bilhões de dólares, e que para pagar os juros respectivos o país é obrigado a exportar todos os anos mercadorias no valor de 17 bilhões de dólares. Afirma ainda que a dívida interna atingiu 90 bilhões de dólares, que a inflação disparou e que seus efeitos fazem-se sentir especialmente entre a população mais pobre, que "vê os preços dispararem sem nenhum controle, levando milhões à fome e à miséria".

A Conam é ainda mais pre-

cisa ao detalhar o agravamento drástico das condições de sobrevivência. "43,4 milhões de pessoas, cerca de 32,3% da população têm renda familiar inferior a meio salário mínimo", garante o documento, que em seguida traça um panorama da deterioração do quadro social: "40% da população não tem assistência médica digna, o déficit habitacional chega às 14 milhões de casas, o analfabetismo cresce 3,34% em média ao ano e a metade mais pobre do país tem acesso a renda equivalente à concentrada em poder dos 1% mais ricos".

A Confederação das Associações dos Moradores entende que para fazer frente a este quadro caótico é indispensável a unidade de todo o povo; e promete "buscar incansavelmente a união dos movimentos populares, sindicais e de todas as forças democráticas e progressistas". E deixa implícito o caráter progressista / oposicionista da articulação que propõe ao dizer "o povo exige e espera transformações", e que é preciso "levar o futuro presidente a confrontar seu programa de governo com a realidade dos números da economia brasileira e seus indicadores sociais".

Além de esforçar-se por promover uma primeira reunião de entidades populares em 5 de março a Conam está propondo a realização, entre 10 e 15 deste mês, de plenária reunindo as entidades sindicais e populares em cada Estado; já no dia 30 seriam realizadas manifestações de lançamento da campanha contra a miséria em todas as unidades da federação.



Jô Moraes, presidente da UBM: "Mulheres ajudarão a desmascarar Collor"

Mulheres ganham espaço em BH

Numa conquista inédita em todo o país, os movimentos de mulheres de Belo Horizonte ganharam no último dia 17 de fevereiro, da Prefeitura, uma casa para sediar suas atividades, com completa autonomia na administração, assegurada por protocolo assinado com a Prefeitura

e regulamentado em regimento interno elaborado pelas 11 entidades integrantes. A reivindicação, que era antiga e que teve à frente de sua luta o Movimento Popular da Mulher, já havia sido encaminhada a diversos níveis de governo. Sob o nome de Espaço Mulher a casa foi inaugurada com a presença

de mais de 400 pessoas, personalidades, autoridades e lideranças feministas, num ato em que falaram Jô Moraes, pelas entidades de mulheres, Carlos Becker, secretário de Ação Social de B. Horizonte, e o prefeito Pimenta da Veiga. Na oportunidade houve exposição de escritoras e artistas mineiras.

Dias Melhores

Cloves Geraldo *

O cinema de Carlos Diegues sempre foi voltado para a discussão de um Brasil submerso. Os melhores exemplos dessa linha foram "Chuvvas de verão" e "Um trem para as Estrelas". Aliás, esse era também um tema caro ao Cinema Novo, corrente à qual se filiou e de que ainda mantém certos traços, como esse de pegar o clima nacional e transformá-lo numa obra que se não é intensa, caso de "Dias Melhores Virão", pelo menos mostra que Diegues conserva a verve de um cinema que vai mal das pernas, sufocado pelos sucessivos lançamentos de filmes norte-americanos.

Se antes o Cinema Novo tentava criar esquema próprio de ligação com a massa — e fracassou —, como forma de denunciar o imperialismo, hoje Diegues não tem receios de, em "Dias Melhores Virão", tecer elogios ao cinema americano e fazer referências a Steve Spielberg e ao meloso "Suplício de uma Saudade", de Genio Henry King, com música de Alfred Newman e tudo. Mas afinal o que aconteceu? Teria Diegues se rendido à moda de que o brasileiro bom é brasileiro que dá o pé?

É preciso primeiro colocar algumas questões. Diegues continua à procura de uma saída cara ao Cinema Novo e ao cinema nacional como um todo: a questão do público e da bilheteria. O Cinema Novo trouxe discussões sérias e válidas ainda hoje, produziu verdadeiras obras-primas ("Vidas Secas", "Os Fuzis", "Os Cafajestes", "Deus e o Diabo na Terra do Sol"), mas ficou circunscrito aos intelectuais e aos circuitos universitários e cineclubes. Nunca ultrapassou esta fronteira, por mais prestígio que tivesse naqueles circuitos e lá fora.

Dinheiro nunca veio, choros e dívidas

Quanto ao dinheiro, só através de alguns mecenas (sempre tem uns) e garantias do Banco Nacional (uma estranha aliança do capital financeiro com os cineastas que se pretendiam de esquerda ou até marxistas), ou esporádicos sucessos de bilheteria. No mais as dívidas se acumulavam e os cineastas quase morriam de inanição ou desgosto (não é diferente o problema de Glauber Rocha). Então, a busca dessas duas saídas são mais que justificáveis. Explica-se: Diegues fez um acordo com a Rede Globo para lançar seu filme em **Avant Première**, ao custo de 150 mil dólares, que cobre uma plateia de cerca de 1.200 pessoas.

O esquema é o mesmo da Alemanha e da TV a cabo nos EUA. Aqui mesmo no Brasil,

Júlio Bressane, do chamado Cinema Underground, vertente crítica do Cinema Novo, lançou o seu "Os Sermões" pela TVE antes de o público vê-lo nas salas de cinema. Mas o que se aprende com isso é que Diegues lança — via Pompeu (Paulo José), o diretor de dublagem de "Dias Melhores Virão" — sua máxima dos tempos de hiperinflação brasileira: "Filme tem que dar dinheiro, tem de ser popular". Ai está a chave para o novo Carlos Diegues e muitos cineastas nacionais.

Só que basta uma frase feita para transformar um filme numa obra popular: senão, vejamos a história de "Dias Melhores Virão". Marilva (Marília Pera) é uma dubladora de série de TV americana, Mary Shadow, uma espécie de Lucille Ball, por Reagan (tem sempre uma latino-americana como empregada) e sonha virar estrela. Seu universo é dos desvalidos anônimos que não encontrando oportunidade para brilhar em frente às câmaras, contenta-se em ceder sua voz à estrela do momento. E assim vai ganhando a vida.

Ao redor de Marilva existe todo um séquito de desvalidos. Dalila (Zezé Motta), também dubladora, que mora num quarto invadido a todo momento por um coronel (Jofre Soares), disposto a resolver tudo no grito e na base do revólver, Pompeu, cineasta fracassado que alimenta as ilusões de Marilva dizendo que um dia fará um filme com ela e se desmanchando em declarações de amor e, por fim, Wallace (José Wilker), seu amante. É neste universo que gravita Marilva. Nenhuma oportunidade para se esvaír mais que choramingos, deleite de fim-de-semana e oportunidade real para esca-

par à monotonia dos estúdios de dublagens.

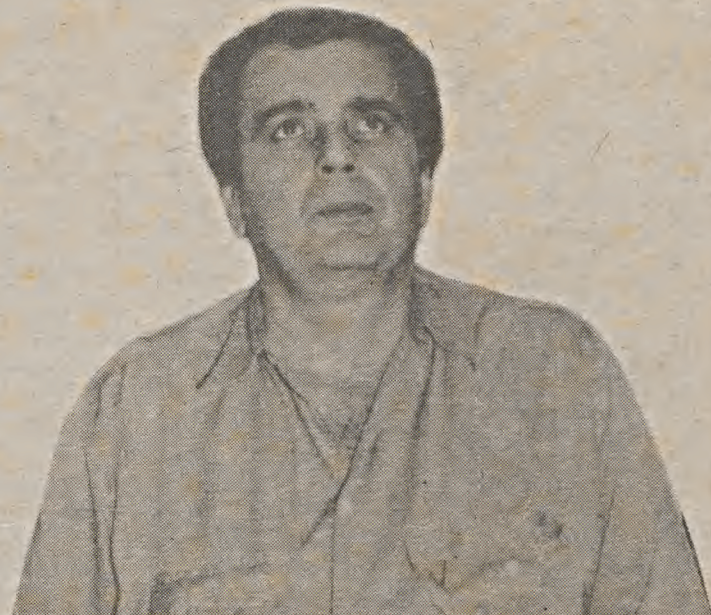
Mundo pequeno, sem ilusões e saídas

As realações de Marilva são, assim, as de todo desvalido, quando muito a possibilidade de dormir ao lado da amiga num instante de desespero. E fica a pergunta: é este o cinema popular ao qual se refere Diegues? O popular pelo lado dos miseráveis ou pelo lado de uma abordagem onde o papel dos marginalizados é discutido sem choramingos ou pieguice?

Marilva chega às raíças do absurdo, sentada numa árvore, em cima da cerca, vendo lá embaixo seu amante Wallace derramar-se de amores pela mulher e pelos filhos — de achar-se traída. É uma visão ingênua de relação amorosa, que não irrompe num ataque histérico, o que seria mais crível.

Já se disse que o Cinema Novo às vezes cai no populismo pela forma de abordar os marginalizados. Diegues não perdeu ainda essa característica, mas vê saídas. Se "Dias Melhores Virão" tropeça no popular na ânsia de fazer rir e arranha na abordagem por tratar os marginalizados como pobres coitados (à exceção grata de Marilva), não deixa de tocar em problemas muito nossos. São frases soltas, cenas curtas, situações brevíssimas.

Uma delas dá a medida do racismo mascarado da sociedade brasileira. Marilva e Pompeu estão num boteco e chega a polícia. O oficial negro chega gritando: "Revista primeiro os crioulos". Do ponto de vista das classes dominantes, que criam esse tipo



Cacá Diegues: a busca de uma saída para o cinema nacional

de mentalidade, os negros em sua sociedade só têm a possibilidade de serem criminosos e por isso, em princípio, são suspeitos. Diegues solta esta assim sem mais, enquanto sua câmera desnuda atrás do tenente um anúncio das Casas Pernambucanas na TV e o dono do boteco se desculpa todo. Alguém desconhece uma situação como esta?

Máxima do capitalismo em momentos de lucidez

Outra situação não menos lúcida para um filme que se pretende uma comédia e descamba para o melodrama é outra situação cara ao Cinema Novo agora em ritmo da "Lei de Gerson". Pompeu, que parece um daqueles cineastas dos anos 60 que acabaram na televisão dirigindo séries, programas humorísticos, documentários ou mesmo novela, desanca o capitalismo: "Regra número um do capitalismo — não basta se dar bem, é preciso que o concorrente se f...". É desses instantes, raros entre um comentário e outro de filmes americanos que o filme de

Arquivo

Diegues de desenvolve e quase se salva, não chega a fazer rir, só um e outro riso.

Os diálogos surgem como frases soltas, como "Jane Fonda é coisa nossa". Soa como se Diegues tivesse se rendido ao esquemão. Quando no final o inexorável amigo que mora nos States lhe manda uma carta com o anúncio informando-lhe que o programa Mary Shadow (Rita Lee — quem disse que ela é atriz?) precisa de uma intérprete para Joanita, a empregada latina de Miss Shadow, Marilva embarca e surge na tela para deleite de Dalila e muchochos de Pompeu, o das frases (alter-ego de Diegues).

A subdesenvolvida rendeu-se aos encantos dos gringos e se deu bem. Muitos brasileiros que o digam — a maioria com diploma universitário saiu daqui para garçonne, garçon, babá, camareira etc. A "Nova República" redundou nisso. Alimentou tantas ilusões que a maioria não quis esperar os dois turnos das eleições de 1989 — deu no pé antes. Marilva — eis a única crítica válida de Diegues — não só substituiu Joanita como tem de imitar Carmem Miranda (é o melhor momento do filme, pois dá o tom do modo como o brasileiro pode ser visto lá fora, exótico e lambadista). É o destino da maioria das artistas brasileiras, salvo Sônia Braga — sempre as querem com um turbante e um cacho de frutas na cabeça. E além de tudo, como diz Pompeu. "Vai ter de fazer tudo o que eles mandam".

Alguém acha que esta é a saída para os brasileiros? Se o filme de Diegues não faz rir como ele queria, pelo menos cai no deboche ao dizer que no máximo vão nos pedir lá fora é para cantarmos "Chica-chica-Chica-Bom", o que também é uma visão colonizada às avessas. Acabamos achando que temos a obrigação de cumprir este triste papel, quando outras saídas existem e estão além dos requebros de Carmem Miranda.

* Jornalista e crítico de cinema



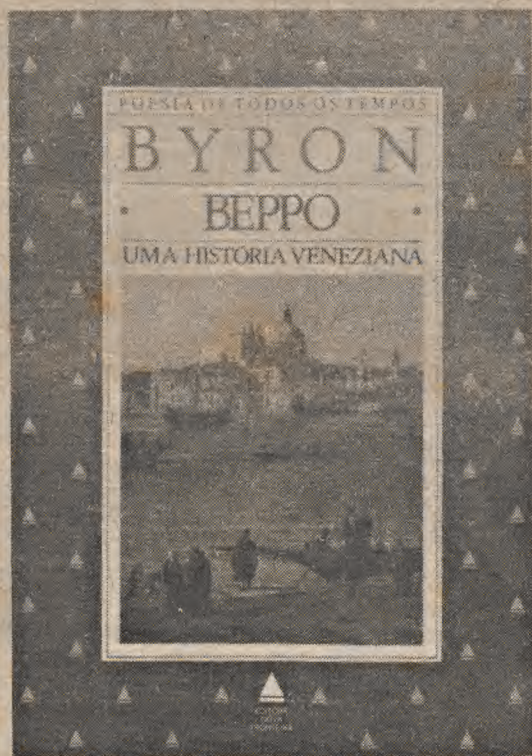
Mira Haar, Zezé Motta, José Wilker, Jofre Soares e Marília Pera em "Dias Melhores Virão"

Byron

Costumes de Veneza



Byron (ou o inglês George Gordon Byron, nascido no dia 22 de janeiro de 1788, morto em 1824) foi um dos poetas mais populares de sua época, destacando-se também por uma carreira ao mesmo tempo fascinante, atribulada e controvertida. A Classe seleciona trechos do seu poema "BEPPPO — uma história veneziana" — uma narrativa satírica sobre a vida, o carnaval e os costumes em Veneza, onde o autor viveu durante certo período —, editado recentemente em português e inglês pela Editora Nova Fronteira.



Como é sabido, ou devia ser,
Nas terras onde a fé de Roma impera
Toda gente se entope de prazer
Enquanto a vinda da Quaresma espera,
E, para ter do que se arrepender
Quando chegar a Quarta-Feira austera,
Entregam-se à dança, ao vinho, à comida
E a tudo mais que há de bom na vida.

Tão logo a noite, com véus negrejantes,
Encobre os céus (e quanto mais, melhor),
Sofrem os maridos, exultam os amantes,
E deixa-se de lado o pundonor;
E a Folia, indócil, saltitante,
A cada um concede seu amor;
E dedos muito agéis, brincalhões,
Afastam — entre outras coisas — violões.

E há fantasias esplêndidas, fantásticas,
E máscaras de turcos e indianos,
Arlequins e suas proezas ginásticas,
Gregos, judeus, hindus e americanos;
Mas nada de vestes eclesiásticas,
Pois dentre todos os trajes humanos
É só dos clericais que ninguém troça.
(Quem for livre-pensador que me ouça!)

Antes cobrir-se dos pés à cabeça
Com roupa toda feita de espinheira
Que ostentar fantasia que pareça
Zombar da fé, mesmo de brincadeira;
É crime dos mais sérios, que mereça
O castigo funesto da fogueira,
Pecado tão medonho, tão nefando,
Que, para ser perdoado, só pagando.

O nome dessa festa é Carnaval,
Que quer dizer — "adeus, carne" — em latim,
Já que precede a Quaresma, na qual
Como-se peixe do princípio ao fim.
Aguardam, pois, em pleno festival
A Quarta-Feira de Cinzas, assim
Como quem pede a última bebida
Quando é próxima a hora da partida.

E assim despedem-se da carne assada,
Do bife, dos temperos do cozido,
E comem peixe puro, sem mais nada,
Pois o uso do molho é proibido;
O que provoca muitos "que maçada!"
"Que diabo!" (o resto não é permitido
Pela Musa) da parte de viajantes
Que peixe nu, jamais provaram antes.

Porém só é imposto esse jejum
Aquele que da fé de Roma é crente;
Pois nesta terra estrangeiro algum,
Nem mulher, protestante ou doente,
Fica restrito à anchova e ao atum;
Assim, se um destes és, fica contente:
Acaso um bom cozido te apraz?
Pois come! E entrega a alma a Satanás.

Na Itália de outrora não havia
Festa de Carnaval mais animada,
Com mais alegre dança e cantoria,
Mais mimo, mais mistério e mascarada
E tanta coisa mais que não seria
Possível vir aqui enumerada,
Que a de Veneza, em seus dias de glória,
Que é o tempo em que transcorre a nossa história.

Ainda há rostos belos em Veneza,
Olhos negros, sobranceiras arqueadas,
Expressões tão doces — essa beleza
E graça há tanto tempo copiadas
Dos gregos, e também essa nobreza
Das Vênus de Ticiano, debruçadas
De varandas (há uma que é tão bela
Que vale ir a Florença só pra vê-la),

Beleza viva, mas não ideal;
Coisa melhor que perfeição: o belo
Que é mais que uma palavra, tão real
Que o doce ser tomado por modelo
Sem dúvida há de ter sido igual;
O que não se daria para tê-lo!
Um rosto impossível de esquecer,
Que nunca mais nos há de aparecer;

Um desses rostos que, na mocidade,
Passam por nós, e nos prendem o olhar;
Quanto viço, quanta graça e beldade
Vemos por nós num instante passar,
Que, tão logo o contemplamos, se evade,
Desconhecido, e nos deixa a sonhar;
Nunca mais o veremos nesta vida,
Como a última Plêiade perdida.

Comparei às pinturas de Giorgione
As moças de Veneza nas sacadas
(Pois há belezas que, vistas de longe,
Mais belas são), que nelas, debruçadas,
Ou, como as heroínas de Goldoni,
Por trás de venezianas instaladas,
Espiam a rua, ou se exibem plenas
Aos transeuntes — o que é uma pena!

Pois os olhares despertam desejos,
E tais desejos geram bilhetinhos;
Estes, por sua vez, criam ensejos
Para encontros noturnos, clandestinos;
Os quais terminam em abraços, beijos,
Vis traições, leitos adúlteros;
Que amor de jovens prega dessas peças,
E quebra juras, corações, cabeças.

Dizia Shakespeare que as venezianas
São belas, mas têm má reputação;
E até hoje, em terras italianas,
Não há de ter mudado a situação,
Só que hoje as pessoas são mais lhanas,
E não há marido que, por suspeição,
Mate sua jovem esposa, tão-somente
Por ela ter um "cavalier servente".

O ciúme destes homens (se é ciúme
Isso que sentem) nada tem a ver
Com a obsessão, o ódio, o negrume
Que fizeram Desdêmona morrer;
Pois tem o veneziano por costume
Não perder a cabeça por mulher;
Se o trai a esposa, não se aperreia:
Torna-se amante da mulher alheia.

Vivem trancafiadas noite e dia,
Não podem ver parentes, se varões;
Assim, jamais conhecem a alegria
Que goza o belo sexo nas nações
Do Norte (se não é falsa essa teoria);
E, sendo os turcos muito caladões,
A elas restam o banho, o toucador,
Cuidar dos filhos e fazer amor.

Não sabem ler — não se metem a críticas;
Nem escrever — não se fazem de poetas;
Não cometem elegias raquíticas,
Tragédia pueris, odes patetas —
No harém, tais coisas são todas ilícitas.
Felizes estas que, analfabetas,
Não vivem assediadas por bocós
A declamar sonetos e rondós.